

convergência

OUT — 1983 — ANO XVIII — Nº 166



- **ORAÇÃO, ENCONTRO CONOSCO SOB O OLHAR DE DEUS**
Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ — página 451
- **A VOCAÇÃO DE ESPECIAL CONSAGRAÇÃO NA IGREJA
E SEU SENTIDO HOJE** — Frei Almir R. Guimarães, OFM — pág. 462
- **A VOCAÇÃO DE MARIA NO MEIO DE SEU POVO**

CONVERGÊNCIA

Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável:

Pe. Décio Batista Teixeira, SDB

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima

Equipe de Programação:

Pe. Cleto Caliman, SDB

Ir. Delir Brúnelli, PIDP

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar
20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1983:

Brasil, taxa única, terrestre ou aérea:

Até 30.04.1983 Cr\$ 4.900,00

Exterior: marítima US\$ 21,00

 aérea US\$ 29,00

Número avulso Cr\$ 490,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Correia Vasques, 25 — loja. 20211 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202. 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — 25600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa

Em arte visual, o olho é a parte mais importante do corpo humano, pois saber olhar sempre foi o primeiro ato produtivo para sua inteligibilidade. Nossa capa quer visualizar uma idéia de força e força apocalíptica. Um quadro, sinistramente didático, que se observa com apreensão e realismo. O antônimo de **convergência**. A ruptura das forças que possibilitam a coesão e a vida. A terra se esfacela e vai se desfigurando em veloz movimento espacial. Suas partes desintegram-se, sem rumo. É apenas um símbolo. Uma figuração mental. Pode, também, ser uma realidade no macrocosmo sem vida ou nos

microorganismos de vida primária. Tanto na pessoa como na sociedade. Na Igreja e nas Congregações. A **UNIÃO** e a **re-união**, o reverso da representação de nossa capa, é o lugar teológico para a teofania de Deus. "Onde dois ou três estiverem REUNIDOS em meu nome, Eu estou no meio deles", Mt 18, 20. **CONVERGÊNCIA** quer continuar sendo, em 1983, o que sempre foi, um insistente convite mensal, a Você, Religioso e Religiosa, para se transformar|diuturnamente em instrumento de RECOMPOSIÇÃO. Da **UNIÃO** promana a força e a única solução fundamental. Vivemos um universo de antíteses e oposições pouco dialéticas. Urge criar espaços intermediários de harmonia, removendo barreiras, distorções, impasses, com a intuição do instante e a consciência global do tempo. Só assim, até onde a vista alcança, o edifício da VIDA RELIGIOSA ganhará a necessária aderência e as fundações que lhe garantem o papel e a função na construção do REINO, de sua PAZ e UNIDADE.

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL 449

ORAÇÃO, ENCONTRO CONOSCO
SOB O OLHAR DE DEUS

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ 451

A VOCAÇÃO DE ESPECIAL
CONSAGRAÇÃO NA IGREJA E SEU
SENTIDO HOJE

Fr. Almir R. Guimarães, OFM 462

A VOCAÇÃO DE MARIA
NO MEIO DE SEU POVO

Irmã Ana Roy, AS 472

A VOCAÇÃO DO LEIGO TEÓLOGO
NA IGREJA HOJE

Maria Clara Lucchetti Bingemer 481

RELAÇÕES ENTRE VIDA
RELIGIOSA E IGREJA LOCAL
A LUZ DA MISSÃO. UMA
APROXIMAÇÃO TEOLÓGICA

Pe. Cleto Caliman, SDB 496

EDITORIAL

A Vida Religiosa é, antes de tudo, uma caminhada de radicalização da experiência cristã. A imagem do caminho é usada com frequência para expressar a opção de vida do cristão. Escolher um caminho é opção do homem. "Escolhi um caminho de verdade" (Sl 118). Mas é também ação de Deus que "mostra aos pecadores o caminho; dirige os humildes na justiça e ensina seu caminho aos pequeninos" (Sl 24). A pedagogia da fé começa com um caminho, com o êxodo libertador. O povo de Deus recordará no Salmo 67 esse longo caminhar pelo deserto até a terra prometida. O Salmo 118 recorda que este caminho é a lei do Senhor. Quem a cumpre anda pelo caminho reto. No Evangelho, o caminho já não é uma lei. É uma pessoa: JESUS CRISTO. "Ele é o caminho para o Pai". Faz-se mister "caminhar nele". A vida cristã, o seguimento de Jesus, é descrito nos Atos dos Apóstolos, como o "caminho". A Igreja não tem outro caminho senão Jesus Cristo.

Como seguimento de Cristo, seguimento do caminho de Jesus, a Vida Religiosa aparece como especificação da vocação humano-cristã. Seu papel é chamar a atenção sobre a dimensão escatológica do Reino de Deus presente em toda a vida cristã. Precisamente por isto, vê-se

constantemente confrontada com o caminho de Jesus e a sua prática. Jesus anuncia e articula um projeto radical de transformação da pessoa e da sociedade no horizonte de Deus. Seu caminho é exigente. Há uma condição prévia, sem a qual não há meio de entrar no Reino de Deus. Esta condição prévia é a conversão tanto a nível pessoal como social e que não pode ficar só no âmbito das boas intenções mas deve ser historicamente concretizada.

O caminho de Jesus leva ainda e progressivamente a opções decididas e corajosas, fundadas na justiça do Reino de Deus. Ele mesmo toma posição em favor dos mais pobres, dos pequenos e marginalizados. Evangelizar os pobres é sinal e prova de autenticidade do seu ministério. E mais: Jesus assume pessoalmente um modo de vida pobre. A pobreza é para ele "um modelo de vida" vivido e proclamado como bem-aventurança. Finalmente Jesus organiza uma comunidade histórica de cunho messiânico: o grupo dos Apóstolos, dos Discípulos e dos seus seguidores. Estes grupos reforçam sua pregação e seu caminho e como tais são sinais do Reino.

É a partir deste confronto com o caminho e a prática de Jesus

que a Vida Religiosa testa a autenticidade do seu seguimento e sua própria identidade como caminho de radicalização da experiência evangélica. Da sua fidelidade ao caminho e à prática de Jesus emerge a sua força evangelizadora — anunciadora do Reino — e transformadora como vocação de especial consagração na Igreja.

Neste número de outubro, **CONVERGÊNCIA** oferece aos leitores uma seqüência de artigos sobre a temática da vocação, no sentido amplo do termo, focalizando realizações históricas da vocação.

O artigo da **Ir. Ana Roy, AS**, “A vocação de Maria no seio de seu povo”, focaliza a vocação de Maria no meio do povo de Deus, do Israel antigo. Situando Maria na realidade cotidiana do povo de Israel, na pequena aldeia de Nazaré, a autora coloca em evidência a vocação singular da Mãe de Deus que se define e se firma “ao longo das etapas marcantes da sua caminhada”.

“A vocação de especial consagração na Igreja e seu sentido hoje” é um interessante artigo de **Frei Almir Ribeiro Guimarães, OFM**, que aborda o verdadeiro alcance da vocação à Vida Religiosa na Igreja hoje. Para o autor, pensar em um trabalho de animação das vocações neste ano vocacional de 1983 é oportuno e necessário. “Mas é indispensável rever as engrenagens

internas e externas da concretização deste caminho de seguimento radical do Evangelho e da consagração especial a Deus.”

O artigo da **Professora Maria Clara Lucchetti Bingemer** — “A vocação do leigo teólogo na Igreja hoje” — constitui um trabalho interessante e original, não só pelo conteúdo como pelo ângulo da abordagem. Nele a autora reflete “sobre um dado relativamente novo na Igreja, a presença crescente dos leigos que buscam acesso à formação e ao exercício desta ciência que a Igreja definiu como a fé que busca a sua inteligência”.

“Oração, encontro conosco sob o olhar de Deus”, do **Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ**, é um artigo que visa ajudar os Religiosos a viver em profundidade numa das dimensões fundamentais da sua vocação — a oração — numa de suas formas peculiares, o exame de consciência. Partindo da sugestiva imagem do campo minado, o autor mostra com extrema clarividência como esta forma de oração nos “permite mapear nossas minas e talvez desativá-las”.

Pe. Cleto Caliman, SDB, no seu artigo — “Relações entre Vida Religiosa e Igreja Local à luz da missão: uma aproximação teológica” — aborda uma problemática de particular interesse e grande atualidade.

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

ORAÇÃO, ENCONTRO CONOSCO SOB O OLHAR DE DEUS

Marcello de Carvalho Azevedo S.J.

Sentido cristão da vida.

“Não acrediteis em toda e qualquer inspiração. **Examinai**, para ver se elas são de Deus...” E João continua, frisando que em cada um de nós operam princípios retos e falsos. Fala Deus e fala o mundo (1 Jo 4,1-6). Há critérios distintos que influenciam o nosso agir. É algo de profundo dentro de nós mesmos. É necessário conheçamos “o **espírito** da verdade e o **espírito** do erro” (1 Jo 4,6).

“Andai segundo o **espírito** e não cumprireis os desejos da carne... Há oposição entre eles... Se vivemos pelo **espírito**, guiemo-nos também pelo **espírito**” (Gal 5,16-26). Ao longo do texto, Paulo explicita o resultado da ação dos princípios conflitantes: “As obras da carne são... Os frutos do **espírito** são...”

Ambos os textos sublinham que cada pessoa é impelida em direções opostas. Somos um campo disputado por forças contrastantes. Como diz a Escritura, atuam em nós “**espíritos**” diversos. São Paulo descreve sua dramática experiência, que, afinal, revive em cada um de nós:

“...O que faço não o entendo. Não pratico aquilo que quero e faço o que detesto. Capaz eu sou de querer o bem, mas não de executá-lo” (Rom 7,13-25).

O sentido cristão da vida é ser no mundo presença de amor. A vida é dom de Deus. E é amor este Deus que nô-la dá (1 Jo 4,7-21). Mas nossa própria experiência deixa bem claro quanto é difícil viver assim. Sobretudo, se o amor se entende a partir do Evangelho: amor que abrange o amor de nós mesmos, o amor do próximo e o amor de Deus. Amor cujo critério é o amor com que Jesus Cristo nos amou (Jo 15,12). Amor que não se fecha sobre nós: receptivo, egoísta, possessivo. Amor que é dar-se, sair de si, fazer feliz... ser feliz pela felicidade do outro. Como é difícil!...

Campos minados

Nós somos como campos minados, sem o exato conhecimento do local das minas. Desativar as minas foi grande problema para os ingleses nas Malvinas, após a guerra. No afã de impedir o ataque, os argentinos minaram, sem mapeá-las, vastas

áreas de mar e terra. Sabia-se, pois, das minas; não, porém, onde se encontravam. Há algo disso em nós. A realidade diária em seu tumulto não nos dá tempo de mapear nossas minas. E elas aí estão, fora de controle, sem que as possamos desativar. Ainda no mesmo contexto... quem não se lembra do afundamento do HÉRCULES? Um petroleiro gigantesco: 325m x 80m, deslocando 230.000 toneladas! Uma bomba se incrustara no segundo tanque, sem explodir. O risco de desarmá-la não compensava a perda do navio e mais nove milhões de dólares de seguro. E puseram-no a pique. Somos, por vezes, como o HÉRCULES. Tudo está bem. Tudo funciona. Mas há uma bomba não detonada em nós... um ponto intocável que nos compromete a existência e nos põe a perder.

A forma de oração que se chama **EXAME** propicia-nos o **encontro conosco**. Permite-nos mapear nossas minas e talvez desativá-las. Boa parte de problemas nossos tem em nós mesmos sua raiz. Enquanto não rastreamos dentro de nós essas origens, atribuímos tudo aos outros ou a Deus. E, no entanto, cabe a nós, por primeiro, desarmar-nos. A não fazê-lo, nunca seremos o que devemos ser: presenças de amor na vida. Perdemos a vida. E muitos outros também a perdem. Tantos que de nós dependem ou são afetados pelo que somos.

O **EXAME** é, sim, um encontro conosco, mas o é **sob o olhar de Deus**. É antes o encontro com o próprio Deus através de nós. O Senhor nos conhece a fundo. O contato com Ele é sempre libertador. Revela-nos o que somos. Dissipa enganos e ilusões sobre nós. Dá-nos o impulso pa-

ra a liberdade interior. Cria assim condições de libertar em nós as energias do amor (1).

“Exame de consciência”?

Perdemos muito ou totalmente o sentido e a prática do **EXAME**. Perdêmo-lo enquanto o fazíamos. Ainda não o achamos depois de perdê-lo. Ele ficou, de fato, quase só associado à preparação da confissão. Tornou-se assim um exercício para detectar na vida matéria de acusação na penitência: atos, pecados, falhas concretas e descritíveis, que se pudessem eventualmente mensurar e numerar... Quase somente a isso reduziu-se o nosso **exame**. Debilitou-se em anos recentes o sentido do pecado. Caiu em muito a prática da confissão. Como iria sobreviver o **exame**? Como dedicar-lhe, nestes termos, quinze minutos no meio do dia e outros quinze pela noite, como previa a tradição espiritual de alguns Institutos? Como propô-lo assim a leigos militantes?

Ouvimos dizer, sem dúvida, que o **exame de consciência** é oração. Mas a prática em que fomos muito cedo introduzidos fazia dele mais introspecção, inquirição, quando não inquisição interior. Associado logo à identificação de pecados, concretizados em atos, o **exame de consciência** passou a ter, por vezes, um teor voluntarista. Revestiu-se, com o tempo, de aderências pejorativas, de conotações quase só moralizantes. No plano do crescimento espiritual, nem sempre foi sadio o recurso a este **exame** concebido assim. Expressava, não raro, a vã pretensão perfeccionista — forma sempre larvada de orgulho — que se promete um es-

crutínio cabal do mundo interior, baseado na própria intuição e perspicácia. Na instrução catequética, pastoral ou ascética, fomos acostumados a lidar com referenciais prescritivos, como tabelas fixas de revisão de comportamento: os dez mandamentos, os mandamentos da Igreja, as Regras religiosas, os deveres de estado e assim por diante. Aplicar-se ao **exame de consciência** tornou-se então uma forma de testar o próprio desempenho. Tendia-se, por vezes, a confinar por aí o compromisso da vida cristã a uma certa rotina de fidelidade, nem sempre generosa e quase sempre só voltada sobre nós. Todos, um pouco mais, um pouco menos, temos cicatrizes deste tempo.

Difícilmente, este tipo de **exame de consciência** tem condições de reviver assim. Outros caminhos devem ser encontrados, como, de resto, vêm sendo tentados, através de outras formas na liturgia penitencial. Mais do que de cunho acentuadamente moralista ou legalista, eles envolvem o todo da pessoa, quer como indivíduo, quer como ser-em-relação, com os outros e com Deus, num plano de amor e de verdade, de justiça e liberdade.

Deixemos bem claro que deve haver em nosso tempo e em nossa vida lugar para uma preparação condigna ao sacramento da reconciliação. Uma revisão, atenta e à luz de Deus, de como agimos ou nos omitimos, dá seriedade à manifestação sincera do limite e do pecado, que fazemos a Deus e à comunidade, na pessoa do sacerdote. Através dele, teremos na fé a possibilidade de retomar a vida, na certeza do perdão.

Nesse sentido, um **exame de consciência** que nos confronte a fundo conosco mesmos é relevante na prática sacramental da vida cristã. Servir-se de algum roteiro pode sempre ajudar. Para qualquer pessoa, um quadro de referências funciona como recurso mnemotécnico, um itinerário a ser percorrido e que é bom ter presente, em vista de uma confissão que se quer consciente e responsável (2). Tomado com bom senso, sem escrúpulo nem tirania do detalhe, sem formalismos meramente rituais, o **exame de consciência** pode mesmo ser instrumento de crescimento interior. Ele o será, na medida em que leve a pessoa a um encontro humilde com a própria fragilidade e pobreza; em que lhe lance um repto à responsabilidade em relação ao irmão; em que o abra confiante à incansável misericórdia do Senhor.

Há grande urgência de uma pedagogia da reconciliação sacramental adequada aos nossos dias. Introduzir a ela crianças, jovens e adultos, leigos ou religiosos, seria, da parte de catequistas e formadores, auxílio inestimável aos confessores, tão poucos hoje e sem muito tempo. Por falta disso, esgotam-se eles, muitas vezes, num pequeno garimpo junto a penitentes semi-mudos, perplexos e confusos, sem muita noção do que fazem e a que vêm. Ou, pelo contrário, quão frequente é o sofrimento, até mesmo em retiros, de ter que ouvir confissões alambicadas, obras-primas da racionalização, que tudo encobrem com sutileza bem armada, no vago solerte e refinado de quem fala sem querer dizer.

Julguei importante, não só por uma razão semântica, acenar breve-

mente ao **exame de consciência**, desfigurado com o tempo, mas que pode voltar a ter sentido numa perspectiva nova da vida sacramental, se ele também for transformado. Todavia, este **exame de consciência**, orientado sobretudo para a confissão e, portanto, em princípio, ocasional, **não é o EXAME que é o objeto deste artigo**. A este vamos chamar doravante simplesmente **EXAME**. Parece hoje menos adequado continuar a designá-lo como **exame de consciência** (3).

EXAME, oração e discernimento.

O **EXAME** que vamos aqui focalizar é uma forma constante e imprescindível de **oração**. É um instrumento para o discernimento permanente. Assim foi ele entendido e incorporado ao patrimônio da experiência espiritual, em que pese ter-se perdido, esbatido ou desviado, como vimos. Este **EXAME** é o próprio discernimento em ação contínua. É como um monitor de UTI ou CTI (Unidade ou Centro de Terapia Intensiva). Não se pode desligá-lo. Santo Inácio dizia — e sabemos a ênfase que ele deu a este **EXAME**, nos Exercícios e em sua própria vida — que, em caso de ter-se que deixar, num dia por demais atarefado, ou a meditação ou o **EXAME**, a opção seria de omitir aquela, este nunca.

Como todo discernimento espiritual, o **EXAME** supõe clima de oração. Deve fazer-se oração (4). Situa-se, pois, no plano relacional de nós com o Pai, que envolve o todo da pessoa e da vida. Porque é oração, ele nos torna presente a realidade do que somos, na rede com-

plexa de relações que a constituem: relações com as coisas, conosco, com os outros, com Deus. Por isso mesmo, o **EXAME** é, por um lado, marcadamente pessoal e não pode ser senão muito concreto. Por outro, ele não é uma involução sobre o indivíduo, introspecção passiva, quietista e alienante. Ele é o encontro e o confronto, à luz de Deus, de uma pessoa ativa com o que ela é, no mais fundo de si mesma, com aquilo que ela afeta fora de si e com o que sobre ela também atua. Deus opera através desta realidade total que somos e em que estamos imersos, na malha intrincada de tantas interações. Mas aí, Ele nos encontra individualmente. Toca-nos a própria identidade.

Este **EXAME**, que é exercício de discernimento, não se orienta propriamente para a escolha entre o bem e o mal, para fazer um e evitar o outro. Ele visa a identificar o que Deus quer de mim, o que é o seu chamado para mim concretamente. Como atinar, entre muitos bens, com aquele precisamente a que me convida o Senhor? (5). O **EXAME** se coloca assim no horizonte da **VOCAÇÃO**, esta **relação individual de amor entre nós e o Pai**. Ela é única e singular para cada pessoa. Ela o é, mesmo em grupos homogêneos de vocação. Como leigos, casados ou não, como sacerdotes, religiosos ou religiosas, coincide cada uma destas vocações num denominador comum. E aí mesmo, no entanto, cada um(a) de nós é ele/ela mesmo(a). É pessoal e inconfundível. E Deus nos vê e nos trata assim. Por isso nos chama pelo nome. Esta relação de amor não é, porém, terminal. Não se esgota

de uma vez para sempre. Só toma forma ao longo do tempo. Vai se concretizando no fluxo e refluxo da vida.

O **EXAME**, como discernimento e oração, supõe que a pessoa é chamada para algo que não conhece plenamente. É a dinâmica de toda vocação humana e o é particularmente quando é Deus quem chama. O **EXAME** não se põe, pois, no plano ético da moralidade universal. Não opera, primordialmente, com normas preceptivas, nem se reduz a um elenco de princípios ou mandamentos. Ele é a busca, reiterada sempre, da resposta individual mais consentânea com o apelo pessoal de Deus a cada um (6). Nesta perspectiva, o **EXAME** é um exercício de percepção não-objetiva. Não no sentido de que seja subjetivo, mas de que é radicalmente interpessoal. O imperativo concreto a que tendemos através do **EXAME** está plantado na história única de uma vocação ouvida, de um compromisso assumido e a ser sempre renovado, pelo dom e pela força do Espírito, que nos faz viver para o alerta da resposta. O **EXAME** trabalha sobre o imprevisível da vida. O discernimento se faz necessário no plano sutil de várias decisões possíveis. Não quando estão claras as cartas sobre a mesa. Não quando é nítida a fronteira entre o bem e o mal, entre a luz e a treva, entre a carne e o espírito, entre a verdade e o erro ou, até mesmo, entre um bem e outro bem. O **EXAME**, instrumento do discernimento, tem sentido quando somos levados a querer um bem, mas não sabemos se o impulso nos vem de Deus (7). O **EXAME** nos ajuda a distinguir

o autêntico do inautêntico, no mais profundo daquilo que nos move. Ele permite em nós a triagem dos afetos, dos apelos e dos apegos. Ensina-nos a perceber de onde vêm e para onde levam.

O **EXAME** é assim algo de único, enquanto só pode ser feito pela pessoa: por você, por mim, por ele, por ela. Só eu conheço como Deus me trata, me chama e me conduz. Só eu sei como lhe respondo, como resisto, como fujo, como me iludo ou racionalizo. Só eu tenho acesso às minas ou à bomba não detonada. Outros podem ajudar-me, orientar-me, descobrir-me a mim mesmo. Mas, no plano da opção, que se vai fazer resposta, a decisão é minha. Deve ser livre e consciente. E ninguém pode tomá-la por mim (8).

EXAME e movimentos profundos.

A “**realidade-do-que-sou**” é o todo de mim mesmo, esta unidade psico-somática, situada no seu contexto sócio-cultural, no amplo tecido relacional da vida. O objetivo principal do discernimento espiritual constante é, como foi dito, encontrar a vontade de Deus, saber o que Deus quer de mim e ser capaz de atinar com isto e reconhecê-lo no meu quotidiano. Para isso, a tradição espiritual e explicitamente a experiência inaciana dá grande importância aos **movimentos profundos** que em nós se verificam (9).

Cada um de nós está exposto basicamente a dois tipos de movimentos que são entre si contrastantes. De um lado, há os que me conduzem à realização do amor, da ver-

dade e da justiça, isto é, à abertura para Deus e para os irmãos. Na esteira da Escritura, chamêmo-lo de **espírito do bem**, ou simplesmente, **bom espírito**. De outro lado, há os que limitam ou negam em mim o amor, a verdade e a justiça e, portanto, me afastam de Deus e dos irmãos e me levam a encerrar-me dentro de mim. Chamêmo-lo de **espírito do mal** ou de **mau espírito**.

O **Espírito do Bem** é, por primeiro, a sua fonte mesma. É o próprio Deus, amor e comunhão, sobretudo na realidade viva do Amor-Pessoa, que é o Espírito Santo. Mas, o **espírito do bem** é também o acervo de todo o bem que em mim se acumulou. É o positivo pleno da realidade do que sou, hoje como ao longo de minha história, educação, formação, experiências vividas. Ele é a seqüência fiel e generosa de minha resposta afirmativa ao Amor.

O **espírito do mal** é o mal personalizado de que nos fala a Escritura sob muitos nomes. Mas ele é, não menos, toda a dinâmica do mal, a pecaminosidade catalizada em mim e compendiada na realidade do que sou, em minha história, educação, experiências vividas. Ele é a seqüência inspiradora e propulsora de meus pecados e resistências, de toda sorte de inclinações que em mim contradizem o Amor ou a ele resistem.

Cada um de nós tem e vive uma dimensão **individual** e outra **social**. Elas se afetam mutuamente e são interdependentes. Ambas são ativas e passivas. Agimos em nós e sobre os outros. A ação de outros igualmente nos atinge. Nenhum de nós

é uma ilha. Estamos imersos num meio social e cultural, econômico e político, penetrante e abrangente. Esta perspectiva transcende sempre o limite puro do indivíduo. Revela-se sumamente relevante para o que ele é, para o como se compreende e se conduz (10). Por muito tempo esteve eclipsada esta dimensão na consciência da Igreja e do mundo e volta agora a emergir com força extraordinária. Uma intuição que também a ela está ligada é a de que a **vocação** de cada um se abre sempre para os outros. Somos chamados por Deus em função dos irmãos. Esta é a nota de toda vocação na Bíblia. Por aí passam Abraão e Moisés. Por aí seguem todos os Profetas. Aí se encontram João Batista e Maria. Situa-se aí, por excelência, aquele que a um tempo é chamado e enviado, Jesus.

O discernimento é o processo que nos vai permitir reconhecer qual é o **espírito** que nos move, identificar quem nos chama e nos envia. O **EXAME** ajuda-nos a fazer-nos disto conscientes, seja no plano individual de nossa história, seja no impacto sobre nós do contexto ambiental, sócio-cultural e ideológico, seja, enfim, na disposição de serviço e de missão.

Os movimentos do **bom espírito** nos levam a longo prazo a uma situação de liberdade interior, abertura para Deus e para os outros. Trazem consigo integração, tranquilidade e paz. Isto não deve ser aferido em função de situações de sofrimento, pobreza, humilhação e fracasso, em que porventura nos encontremos. Tudo isto é compatível com o bom espírito.

Os movimentos do mau espírito nos levam a longo prazo a um estado de crescente dependência ou até de escravidão interior. Podemos identificá-la num tácito fechamento ou explícita resistência a Deus e aos outros, numa progressiva dispersão e desintegração, dúvida e desorientação, apreensão e intranquilidade. Isto não será avaliado pela eventual ausência de sofrimento, por situações eufóricas de sucesso e de prestígio, nem ainda pela fácil conquista de bens e vantagens materiais. Tudo isto pode conviver com a operação do mau espírito sobre nós.

O problema aqui é que a fronteira não é clara. Quase nunca estamos só sob a influência OU do bom, OU do mau espírito. Ambos atuam em nós e sobre nós simultaneamente. Interferem um com o outro. Jesus deixou isto bem claro na parábola do joio e do trigo (Mt 13,24-29.36-43). Foi ainda mais didático na parábola do semeador e na explicação da mesma (Mc 4,1-9.13-20). Por isso, o discernimento não é fácil. Supõe prática e exercício constantes. Ele é, a um tempo, dom e arte, talento e método. Mas é uma experiência profundamente humana. É sobretudo graça do Senhor, a ser-Lhe instantaneamente pedida. (11).

Seu requisito fundamental é que nos tornemos conscientes do que se passa em nós. E como este discernimento é mais um processo do que uma justaposição de atos singulares, tanto melhor discernimos, quanto mais perfeitamente captamos o fio interno das seqüências que caminham dentro em nós. Esta é a razão pela qual um dos instrumen-

tos mais adequados do discernimento é o **EXAME**. Ele nos faz regularmente conscientes de nossa movimentação interior, da ação e interação profunda em nós do bom e do mau espírito. Ele me leva a descobrir, mais do que atos desconexos, estes veios e filões que passam através do meu ser, no meu hoje e na minha história. Por ele identifico influências e motivações. Surpreendo pulsões sutis, que em mim se instalam e se fazem geradoras de critérios, de princípios de decisão e de ação. É sobre este cerne de nós mesmos que recai o **EXAME**. Ele há de ser uma espécie de radar sensível, como esses que giram nas torres dos aeroportos. Tem muito sentido garantir-lhe em nosso dia o privilégio de um tempo adequado, que catalize e registre o melhor desta atenção interior. Só assim podemos intuir tendências e direções ou prever a lenta sedimentação de processos remotos de motivação e ação futura. O **EXAME**, pois, é a atuação intensa e consciente de um discernimento constante. É uma forma de oração com identidade muito própria (12).

Nas pessoas e nas culturas, não há propriamente rupturas. Chocamos, por vezes, a separação de um casal, a laicização de um sacerdote ou religioso. Parece-nos um fato repentino. Certamente não o é, qualquer que seja o motivo. Também suscita a nossa admiração a fortaleza serena de uma pessoa, outrora sadia, sobre a qual se abate implacável uma doença incurável; ainda a disposição de gratuidade total de alguém que jamais se furta a ajudar aos outros. Tampouco aqui exis-

te improviso. Nós somos como os trens de metrô. Correm nos subso-
los das cidades. Não fossem as es-
tações, sequer nos lembraríamos cá
na superfície do intenso tráfego que
opera lá por baixo. Movem-se tam-
bém assim, por muito tempo, no
mais profundo de nós mesmos, in-
clinações, afeições e sentimentos,
tanto bons como maus. Nem sem-
pre lhes damos a atenção devida.
Quando os atos emergem e se tor-
nam evidentes nas estações da vi-
da, caímos na conta do percurso fei-
to. Precisamente o nosso subsolo,
onde se movimenta a **afetividade**
profunda, é o objeto desta oração
que é o **EXAME**. Ele nos leva ao
encontro conosco sob o olhar de
Deus. Permite-nos discernir as dire-
ções e acertar nas decisões.

Muitas vezes no Evangelho, Je-
sus nos oferece elementos pedagó-
gicos para entender esta perspecti-
va do **EXAME**. Em sua posição so-
bre o **sábado**, por exemplo, ele não
critica nos fariseus algum ato con-
creto em falso. Vê muito mais fun-
do. Reprova neles o legalismo irre-
dutível. Radica-se aí a incapacidade
que têm de compreender que a lei
é para o homem e não o contrário
(Mc 2,25.27.28) Não é a lei que sal-
va. É algo oculto no mistério do
Deus amor, que a rigidez legal não
lhes permite atingir (Fil 3,9). É su-
gestivo este caso dos fariseus. Com
efeito, é pelo endurecimento pro-
gressivo de sua **afetividade** legalista,
menos do que por violações paten-
tes da lei, que eles caminham para
a iníqua rejeição do próprio autor
da lei, na recusa de seu supremo
gesto de amor: a entrega de seu Fi-
lho (Mc 3,1-6; Lc 20,14).

Isto faz eco à clara lição de Je-
sus aos discípulos: "É de dentro do
coração do homem que saem os pen-
samentos maus, prostituições, fur-
tos, homicídios, adultérios, avare-
zas, malícias, fraude, luxúria, inve-
ja, calúnia, orgulho, insensatez. To-
dos estes males procedem de dentro
e contaminam o homem... Os ali-
mentos são todos puros. O que sai
do homem isto é o que mancha o
homem" (Mc 7, 21-23.19-20) To-
dos estes atos são claros e não há
discernimento sobre eles. É lá den-
tro que o **EXAME** deve descer, nes-
se recôndito **coração** do homem. Aí
se gestam, no tempo, as iniquidades
e as grandezas da vida.

Jesus não traz uma religião de
observância, mas uma mensagem de
verdade e coerência. Não a verda-
de racional dos Gregos. Mas a **ver-**
dade da vida, aquela que é feita da
retidão e da inteireza interna do
que somos. O que Jesus repudiou
nos fariseus foi precisametne a ci-
são existencial que se chama **hipo-**
crisia. É no perceber os hiatos e as
cesuras profundas de **nossa verdade**
que o **EXAME** nos confronta com
o **nosso pecado**. É também na pa-
ciente construção da **fidelidade**, que
ele nos leva a entrever o enorme
potencial da ação de Deus em nós
e sobre os outros, através de nós.
As contraposições lapidares do Ser-
mão da Montanha são a proclama-
ção desta coerência, com o amor,
com a verdade, com a justiça (Mt
5,20 a 7,29). Jesus reorienta e res-
situa toda a relação do homem a
Deus e a seus irmãos. É neste nível
que o **EXAME** se coloca. Só por aí
podemos assumir em nós os senti-
mentos de Jesus Cristo (Fil 2,5),
discernindo o que a eles nos con-

duz ou o que deles nos separa. Como vemos, o **EXAME** se ocupa sobretudo com o que se passa em nós **antes de agir**: nossa experiência de sermos atraídos pelo Pai ou nossa pecaminosidade sutil, que solapa na surdina as disposições válidas de resposta a Ele. Através do tempo, ao longo dos anos, vou conhecendo no **EXAME** quais são para mim os caminhos de Deus. Torno-me também consciente de minhas respostas. Percebo como foi moldada a minha vida, tecida em tudo isto a minha identidade. Respondo assim por um nome, pelo qual só Deus me chama e ao qual ninguém responde senão eu (Jo 20, 16) (13).

EXAME e exame de consciência.

O **EXAME** se faz termômetro fiel de minha vocação, desta relação pessoal de amor que de modo singular se estabelece entre mim e o Pai, pelo dom do mesmo Deus. À luz deste **EXAME**, pelo qual Deus nos vai transformando a vida, toma também outra figura o **exame de consciência** em vista do sacramento, pelo qual me apresento ao perdão de Deus.

Torno-me apto então a captar, muito mais a fundo e à luz do Espírito, onde houve **perturbação da relação de amor**, onde se eclipsou a verdade em minha vida, onde foi lesada a justiça, onde cessou enfim minha liberdade interior. Aí se si-

tua o **meu pecado**. Aí ele é sentido por mim, de modo inteiramente pessoal, porque percebido ao nível inconfundível de uma relação de amor, de uma vocação e missão, singular e personalizada. Ele não é mais medido por uma lei universal, nem aferido por um código legal. Posso passar incólume pelas tabelas fixas de revisão de comportamento. Mas aqui me surpreendo sempre, na incontornável pobreza do que sou. A questão não é até onde poderia chegar, nem quanto posso tergiversar. O problema não é se com esta ou aquela atitude, com esta ou aquela ação, foi ou não afetada minha opção fundamental. Não é nestes termos que se me coloca o pecado. Ele é antes divisado ao longe. É inconfundivelmente rastreado, no horizonte de uma infinita delicadeza para com este Pai que amo e que me é radicalmente fiel. Não por acaso Javé expressou tantas vezes a Aliança sob a imagem do amor conjugal. Nesse nível, o pecado não é só a grosseira idolatria, que é, de fato, o adultério na Aliança. O pecado já se infiltra e se destila em toda **perturbação** que afeta a indizível comunhão no amor entre Deus e nós. Foi bem aí que o situou Jesus (Mt 5,28).

É sempre assim que os santos intuem o pecado. Por isso, eles vivem, não na planície calculista da mediocridade estéril, mas na escalada generosa da gratuidade total.

NOTAS

(1) Há intuições que representam uma válida contribuição à vivência da fé. Surgem da experiência de pessoas santas e fazem parte de sua herança espiritual. Não deveriam ser vistas, contudo, co-

mo privativas desta ou daquela tradição. São antes, através daquelas pessoas, dons de Deus à Igreja toda. É o caso, por exemplo, da simplicidade e pobreza de Francisco de Assis, da oração de

Teresa de Ávila e João da Cruz, da confiança total na Providência, que distinguiram Dom Orione ou Dom Guanella. Assim é, creio, com os Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola e, neles, com esta articulação de discernimento e exame. Sem dúvida, ela só pode ser retamente apreendida em todo o seu alcance à luz do completo itinerário dos Exercícios. Mas, tomada em si mesma, é uma dimensão válida da oração cristã. É patrimônio comum, que pode utilizar com proveito qualquer cristão. (2) Sob esse ponto de vista, o "exame de consciência", assim como proposto nos Exercícios, é certamente didático (ns. 32 a 43). Mas ele é apenas um entre muitos modelos e fórmulas possíveis. (3) Nos Exercícios Espirituais, dá-se-lhe o nome de "exame de consciência" (ns. 32 a 43). Ele é colocado na chamada "Primeira Semana", no contexto, pois, das meditações sobre o pecado. Mas ele não tem aí a conotação quase exclusiva que depois adquiriu, de exame de consciência para a confissão, perdendo assim sua índole de oração. Inácio mencionou uma e outra finalidade no título de seu texto. Talvez a razão do enfoque redutor se deva à multiplicação de "retiros" curtos, de apenas poucos dias, onde só eram apresentadas as meditações da "Primeira Semana", buscando-se como fruto principal uma boa confissão. Muitos só conhecem os Exercícios nesta forma. Na verdade, ela não os revela na travessão de sua dinâmica e na riqueza da integração do humano e do divino que os caracteriza em seu desenho integral. É mais esta perspectiva global dos Exercícios que está subjacente a este trabalho. Ele pode ser lido independentemente dessas notas. Coloquei-as aqui, porque podem servir a pessoas que conhecem de perto os Exercícios. (4) Ver Azevedo, Marcello de C., Oração, Discernimento e Decisão, em CONVERGÊNCIA XVII nº 155 (Set. 1982) 398-405. (5) Para os que conhecem os Exercícios, ficará claro que focalizo o EXAME num sentido amplo, à luz de todo o processo, ao nível das Regras para o discernimento dos espíritos, tanto da "Primeira" (314-327) como, sobretudo, da "Segunda Semana" (328-336), mais do que no quadro específico do "Exame Geral" (32-

43). Ambos podem ser articulados, porém, segundo as circunstâncias. Dou aqui um destaque ao EXAME, na perspectiva do discernimento, pois este é mais abrangente e pode, eventualmente, incluir também o Exame Geral. Já a recíproca é menos viável. O leitor verá, todavia, que a concepção do EXAME aqui proposta trata com bastante liberdade os dados oferecidos pelo texto literal dos Exercícios. Ela está hoje incorporada à melhor compreensão e prática dos Exercícios, praticamente em toda parte. (6) Daí o sentido e alcance de todo o tema da escolha e opção, as "eleições", como se chamam nos Exercícios (169-189) — cerne estrutural da "Segunda Semana — para o qual se orienta todo o processo desta experiência espiritual que Inácio viveu em si e partilhou conosco em seu livrinho. As reflexões sobre a oração (77) e o método das "repetições" nos Exercícios podem também ser considerados como outras faces instrumentais desta oração que é o EXAME. (7) Problemática típica das Regras de Discernimento para a "Segunda Semana" (328-336). (8) Reflete-se aqui o cuidado com que Inácio delinea o papel do diretor, daquele que apresenta os Exercícios ou acompanha pessoalmente quem os faz (6-18). (9) Evidentemente, ao fazer ele mesmo sua caminhada espiritual, de Loyola até Roma e, sobretudo ao tematizar as experiências de Manresa, Inácio não dispunha, no quadro cultural de seu tempo, do instrumental de pesquisa, interpretação e expressão das ciências psicológicas de nossos dias. Nem por isso sua vivência deixou de situar-se no mais profundo de sua pessoa. Ao falar aqui de "movimentos e atitudes profundas", não é meu intuito entrar na área da psicologia e, particularmente, da psicologia do profundo, nem utilizar sua terminologia. Restrinjo-me a sublinhar a distinção entre os atos explícitos que podemos constatar e os processos implícitos, em geral diuturnos, que os precedem e preparam. Situam-se aí as Regras para o Discernimento dos espíritos de que nos falam os Exercícios (314-327) e (328-336). (10) Sem poder aqui aprofundar o tema, cabe contudo mencionar a importância das ideologias a que estamos sempre expostos, como

indivíduos e como grupos. Em toda ideologia há uma visão que é, por sua natureza, parcial, mas se arroga foros de universal. Há enfoques relativos, que se pretendem absolutos. Há um risco potencial de falha ou de limite na verdade. Movemo-nos todos a partir ou sob o influxo de alguma ideologia. Ela se espelha em nossas convicções, motivações, critérios ou apreciações. Num mundo marcado pelo pluralismo, matriz e fator das ideologias, não basta só o exercício da consciência crítica. Também ela pode ser operada em clave ideológica. Requer-se, para além dela, a oração sob esta forma do EXAME. Abre-se aí uma chance de liberdade interior em relação à própria ideologia. Isto não é fácil, nem se garante, pelo fato de se estar em oração, porque também esta pode ser ideológica. Mas, no EXAME, que é oração em vista da percepção de nossos movimentos profundos, expomo-nos a Deus e criamos espaço mais para Ele do que para nós. Ele é o protagonista. E, no fundo, é Ele só quem nos pode revelar nossa pobreza, sob a forma de pecado contra a verdade, potencial inscrito em toda ideologia, inclusive em nosso modo próprio de entender e veicular o Evangelho. Pelo fato mesmo, Deus pode fazer então transparente a nós a verdade do que somos, de como agimos ou porque nos omitimos. Enquanto não tocamos este solo, não há húmus para a conversão individual, nem terra para a transformação social. (11) Um traço indispensável desta oração é a abertura à ação do Espírito Santo. O conhecimento do mistério de Deus e do que Ele nos pede depende dEle. Também só por Ele chegamos a intuir nossa fragilidade. Não cabe aqui revisar o imenso apoio bíblico que explicita esta ação do Espírito. Menciono, porque muito sugestiva, a presença no Quarto Evangelho dos verbos "recordar" ou "relembrar". Eles

iluminam muito a perspectiva do EXAME. Até à Cella, os apóstolos ainda não haviam captado o sentido da missão e da vida de Jesus (Jo 13,36; 14,5.8-10.22-23). Depois da ação do Espírito, eles passam a entender o que recordam (Jo 2,22; 14,26; 16,12-15). O Espírito Santo comunica efetivamente a mensagem de fé contida nas palavras e ações de Jesus. O mesmo ocorre hoje em relação à ação de Deus ou dos outros sobre nós, nesta vida que **no EXAME recordamos**. (12) A primeira inspiração para esta visão do EXAME me veio há alguns anos, ao ler de George Aschenbrenner S. J., Consciousness Examen, em Review for Religious 31 (1972) 14-21. Ela amadureceu na experiência pessoal e de outros, nos Exercícios e na vida. (13) O enfoque individual da pessoa, sublinhado neste artigo, não deve ser confundido superficialmente com uma tônica individualista ou intimista. Todos, de algum modo, vivemos em comunidade. Não só. Cruzam-se em nós distintos níveis comunitários: comunidade familiar, religiosa, paroquial, de base; comunidade de trabalho, de lazer, de oração, etc. A comunidade sempre afeta a pessoa e vice-versa. Estabelecem-se ali relações pessoais; partilha-se, não raro, uma visão comum que nos leva a metas solidárias. Todavia, nenhuma comunidade autêntica afoga ou neutraliza a pessoa, nem pode a ela substituir-se. Pelo contrário, quanto mais a pessoa é pessoa, tanto mais se acentua sua responsabilidade de identidade própria ao nível da decisão, mesmo da decisão comunitária; tanto maior se faz sua contribuição à comunidade; tanto mais eficaz sua capacidade de integrar pessoalmente a contribuição que lhe dá a comunidade. Esta dimensão comunitária não é desenvolvida aqui por não ser o objeto do trabalho. Ela está, porém, implícita no próprio enfoque da pessoa que aqui se apresenta.

Contemplar, a cabeceira da ponte na margem de Deus. Daí se espelha, em larga medida, uma percepção real do que pode parecer, de outro ângulo, virtualmente impossível ou de pouca humana esperança (Pe. Marcos de Lima, SDB).

A VOCAÇÃO DE ESPECIAL CONSAGRAÇÃO NA IGREJA E SEU SENTIDO HOJE

Frei Almir Ribeiro Guimarães, OFM
Niterói, RJ

Estamos vivendo o Ano Vocacional de 1983. Congregações e Ordens estão desenvolvendo todos os esforços possíveis no sentido de bem aproveitarem a evidência e o realce dados ao tema. Importante que religiosos e candidatos à vida consagrada reflitam seriamente a respeito do sentido de uma vocação de seguimento radical do Evangelho e de engajamento sério nas tarefas do Reino inaugurado pela vida, paixão, morte e ressurreição de Cristo Jesus. Essa reflexão comporta, evidentemente, uma análise da atualidade e das características próprias da encarnação da vida religiosa no hoje do mundo e em nosso contexto brasileiro. Teremos novas e sólidas vocações na medida em que o esplendor de nossa consagração estiver patenteado na realidade que nos cerca e no meio da qual vivemos.

Vocação Consagrada

Ninguém duvida da importância e da perenidade da Vida Religiosa Consagrada. A Igreja necessita da existência dos religiosos, hoje mais do que nunca. Desde o momento em que Jesus Cristo instaurou o Reino, essa nova ordem de coisas, sempre

houve homens e mulheres que se sentiram atraídos pela **radicalidade do Evangelho**. A força da mensagem e da vida de Jesus foram penetrando tão profundamente certos corações que estes quiseram efetivamente deixar tudo e passar a seguir o Mestre. Quiseram viver, no presente, as realidades definitivas acenadas pela fé. Os religiosos passam, pois, das realidades penúltimas às últimas. Querem visibilizar, aqui e agora, o mundo definitivo que está para vir. Buscam esse mundo onde os bens não são comidos pela traça e onde a ferrugem não desgasta nada. Desejam um amor definitivo que não passa pelas mediações dos amores humanos. Colocam-se na terra onde a vontade do Senhor será sempre realizada e cumprida. Fascinados pelo Senhor e pelas urgências do mundo novo, estes religiosos se colocam conscientemente na construção de uma terra onde os últimos são os primeiros, onde vale a lei de um amor sem limites que chega ao ponto de dar a vida pelo amado, onde irmãos se encontram com irmãos deixando cair as máscaras e as armas, na derrota do egoísmo, da vontade de ter e de aparecer.

Pelo seu estilo de vida, pelas atividades que exercem em hospitais, comunidades de bairro, escolas, creches, universidades, serviços caseiros, esses religiosos se sentem devorados pela causa do Reino. Nada mais querem para si e de nada dispõem. Tudo é dos outros: tempo, coração, atenções, bens, saúde, vida e morte. São testemunhas claros e límpidos do esplendor do Evangelho.

Uns se consagram mais à contemplação. Personalidades maduras deixam-se cativar pelo mistério da oração. Procuram formas de vida religiosa onde podem estar em maior contacto com a meditação da Palavra e com o Senhor presente e presente na oração silenciosa. Na salmodia de todas as horas, na busca da constante proximidade com o Senhor, esses religiosos oferecem ao Senhor de toda majestade e Deus de toda beleza sua vida e sua história. Não se cortam dos outros. Sua vocação se realiza no coração da Igreja. Apresentam constantemente ao Senhor as necessidades da Igreja de Jesus, esposa bela e imaculada do Verbo Encarnado. Estão intimamente unidos aos pequenos que não têm voz, às dores dos que lutam pela construção de uma terra de justiça e fraternidade, às penas dos que são apresentados diante dos tribunais humanos pelo fato de terem tomado o partido dos pequenos e por causa do nome santo do Senhor. Trazem o mundo todo nas palpitações de suas orações e misturam-no ao seu trabalho escondido. São os contemplativos.

De outro lado, outros sentem sua vocação orientada para um engajamento concreto na terra e na cidade

dos homens. Estão presentes nas cátedras de universidades, acompanhamos seus passos leves e lépidos subindo o morro das favelas ou percorrendo as ruas lamacentas e esburacadas das periferias miseráveis. Engajam-se em grupos de reflexão e de ação nos diferentes setores de uma comunidade paroquial ou diocesana. Vemo-los presentes nos hospitais, nas escolas, nos trabalhos paroquiais, nas missões, na imprensa, em suma, no coração do mundo. São os religiosos de vida ativa.

Outros ainda pertencem a Institutos Seculares e no trabalho de todos os dias apontam para o mundo novo sem deixarem de viver em tempo integral na cidade dos homens.

Em tudo isso é questão de uma consagração de vida. Livremente cristãos se sentem impelidos a se oferecerem como hóstias vivas a Deus, no coração da Igreja. Há um oferecimento e uma oblação da liberdade, da vontade, do presente, do passado e do futuro ao Deus de todas as promessas, de toda santidade e de toda fidelidade. Maduramente jovens se entregam generosamente à aventura do Reino. Presente e futuro passam a ser orientados nessa perspectiva. São do mundo e não são do mundo. Estão na história e passam para a trans-história. Assim como o Senhor se consagrou totalmente à causa e à vontade do Pai, assim como não reservara nada para si e tudo para o Pai e os irmãos, da mesma forma, criaturas frágeis e pecadoras, tentam repetir essa consagração radical. Feita a oblação nada mais retiram. Não pertencem mais a si mesmos, mas ao Senhor. Trabalham com casais, com jovens,

com crianças. Não fixam seus olhares nas realidades penúltimas, embora estejam com todo o peso de suas existências no coração dessas realidades. Vestidos e revestidos de Cristo esses religiosos são presença densa e transformadora no mundo.

A vitalidade de uma Igreja local se manifesta hoje sobretudo na presença de comunidades vivas, mas de modo muito especial, pela multiplicação e densidade de comunidades de vida consagrada. A Igreja precisa dos religiosos para mostrar a todos a virulência do Evangelho.

Nossa realidade

Sem dispor de estatísticas e dados precisos podemos dizer que há motivos de esperança no que concerne ao número de vocações para a vida religiosa. Comunidades abertas e sérias, bom trabalho vocacional são alguns fatores que explicam a presença de numerosos noviços e jovens em formação em não poucas comunidades. Outras comunidades lutam ainda com muitas dificuldades e contam com minguado número de vocações. Na maioria dos casos as novas vocações provêm de grupos de jovens de nossas paróquias do interior e das grandes cidades. Tais grupos nem sempre chegam a uma vivência intensa do Evangelho. Ficam na superficialidade de reflexões muito festivas e de encontros mais ou menos epidérmicos. Dificilmente a dinâmica e conteúdo de muitos grupos de jovens podem levar seus membros a uma opção radical, como é o caso da vida religiosa. Mais ainda. Os jovens oriundos de grupos de jovens e que fazem a tentativa da vida religiosa necessitam de um

acompanhamento tão especial no tempo que precede o noviciado e o sucede que nem sempre conseguem perseverar. A questão das vocações está intimamente ligada à renovação ou estagnação da vida pastoral geral de nossas paróquias e comunidades de vida cristã. Infelizmente em não poucas de nossas grandes e médias cidades a pastoral é ainda extremamente sacramentalista e fragmentária. Realizaram-se aqui e ali certos acertos e quase "remendos" em pano velho. Na medida em que a pastoral se orientar para o âmago do Evangelho, na medida em que grupos de leigos levarem até o fim as conseqüências do engajamento cristão poder-se-á pensar que teremos novas e sólidas vocações.

A vida interna de comunidades religiosas consagradas e mesmo de Províncias inteiras oferece um quadro bastante perplexo. Sabemos que este certo mal-estar é normal em época de transformações profundas como a nossa. As comunidades de vida consagrada respiram os ares de nossos tempos. Jornais, boletins noticiosos do rádio e da televisão nos falam de um mundo angustiado, preocupado e perplexo. Dirigentes esclarecidos e outros menos capacitados realmente não sabem que passos devem dar para solucionar questões graves vividas pelo povo. Multiplicam-se notícias a respeito de crises, sucedem-se desvalorizações das moedas, fala-se de recessão, de desemprego. O fosso imenso entre pobres e ricos não diminui. Desaparece uma classe média que pensava dar aos filhos melhores condições de vida. Nosso mundo é marcado pelas inquietações de toda sorte e pela falta de esperança. Um mundo que se

acostumou a viver do momento presente como se tudo estivesse para acabar. Mundo que força um certo estilo modesto de vida, que força as pessoas a se contentarem com coisas limitadas e ao mesmo tempo mundo de ganância dos grandes da terra. Mundo de massacres no Líbano, de vulcões ardentes na América Central, mundo dos contratos imorais entre as nações, mundo do medo, do pavor e da angústia. Mundo do capitalismo amoral e do sórdido aviltamento no comunismo. Mundo de perplexidade!

No coração dessa realidade estão situadas as comunidades cristãs e os grupos de vida consagrada. Que linhas deverá tomar a vida religiosa? O que fazer? O que é formar um religioso hoje? Quais as características humanas e espirituais que deverão apresentar os candidatos à vida religiosa hoje? As opções deverão partir daquilo que se tornou consenso na América Latina: opção preferencial pelos pobres e pelos jovens, opção pela família e pela catequese. Nem sempre com muita convicção é por aí que se encaminham os resultados de capítulos provinciais em nosso país.

Não poucas vezes vocações novas são mais ou menos abafadas em comunidades e províncias com tendência ao conservadorismo e com religiosos de idade mais avançada. Tendo em consideração que muitas vezes as novas vocações são bastante imaturas deve-se afirmar que o peso das tradições humanas dificulta um adequado e proveitoso trabalho vocacional. Religiosos que estão na faixa dos 30 aos 50 anos não se sentem bem em suas comunidades, fazendo

“girar” as engrenagens de uma máquina mais ou menos pesada. Acontece também que um trabalho vocacional bem feito esbarra com a dificuldade de se conseguir bons formadores, de se detectar metas claras de ação. Ainda hoje candidatos à vida religiosa são deslocados geográfica e culturalmente e não têm o acompanhamento necessário. Jovens no auge de suas potencialidades são mais ou menos entregues a si próprios. Observemos ainda que uma pseudo-abertura em algumas comunidades, principalmente em casas de formação, transformou o tempo do noviciado, dos estudos e do juniorato em momentos de poucas exigências. Observemos ainda outro fenômeno não muito freqüente, mas também presente em algumas comunidades: a vida religiosa pode ser assumida como uma fuga. Diante das dificuldades da vida, diante de certa falta de coragem de assumir certos riscos algumas vezes certos religiosos fogem da realidade. Sem ter a pretensão de julgar certos grupos de oração, parece que a experiência de oração por demais privatizante com certas “emoções” e “exotismos” suscita certo tipo de vocações que precisa atenções especiais de experimentados mestres.

Acrescente-se ainda a falta de reflexão séria em matéria de pastoral. É uma doença da qual sofrem não poucos religiosos. Religiosos e religiosas não encontrando uma clara coordenação de pastoral passam a realizar certos trabalhos mais ou menos desligados do conjunto da pastoral da Igreja particular. São gastos esforços e energias com atividades que não conhecerão futuro algum.

Que estas considerações não nos levem a um pessimismo diante da realidade. Somos testemunhas que entre nós, de norte a sul, a vida religiosa conhece sadia e sensível renovação. Abordaremos a seguir alguns aspectos positivos e urgentes da vida religiosa hoje.

Vida Consagrada hoje

Não é intenção dessas páginas mostrar todos os aspectos atuais da vida consagrada na Igreja. Pretendem apenas chamar atenção para algumas facetas importantes.

1. Líderes espirituais

Nosso mundo anda carente de lideranças. É difícil dizer quem realmente se encontra à frente de movimentos de renovação da humanidade. No mundo religioso há um que outro nome que ocupa a atenção dos homens. O Papa João Paulo II com suas viagens apostólicas vem conseguindo exercer certa liderança por onde passa, embora seja contestado por outros. Chiara Lubich, Teresa de Calcutá e Roger Schutz em campos bem diferentes e diversificados conseguem uma certa liderança. Deveríamos dizer que os religiosos seriam, por excelência, líderes espirituais no ambiente onde vivem. Com hábito ou sem hábito, estão presentes nas engrenagens do mundo. Por sua vida de oração, sua opção de vida estribada na fé, portadores de uma esperança sem limites, os religiosos arrastam indecisos atrás deles, fazem convergir para as metas do Reino as aspirações de tantos. São líderes espirituais. Convivendo com o Invisível chamam atenção para os valores perenes da existência huma-

na e cristã. Pobres interior e exteriormente, livres das amarras que prendem os homens às coisas da terra são testemunhas do Absoluto que é Deus no cotidiano da vida. Essa liderança não faz deles diretores de consciência, "paternalistas", mas homens que por palavras corroboradas pela santidade de vida dirigem os homens. Poderíamos aqui nos fazer uma pergunta: até que ponto nós, religiosos, exercemos uma liderança espiritual em nossos ambientes?

2. Homens de esperança

Angústia, medo, pavor, apreensão são termos que exprimem uma certa atmosfera reinante entre nós. Tudo parece marcado pelo passageiro e pelo fugaz. Não se vislumbra um pálido horizonte para o dia de amanhã. Perigos de toda sorte, ameaça de "depressões" campeiam nas encruzilhadas do mundo atual. Tem-se a impressão que os homens fizeram de si próprios esperança de si mesmos. Ninguém espera nada. Certos escândalos verificados em escalões mais ou menos elevados são exemplo de uma vontade de ter rapidamente, não importa como. É preciso viver o momento presente. É necessário aproveitar o fugidio momento presente. Ao mesmo tempo que trabalham pela melhoria de condições de vida presentes, ao mesmo tempo que se engajam em movimentos e grupos que querem acelerar concretamente as estruturas do Reino no coração da realidade, os religiosos são peregrinos da esperança. Acreditam que o mundo está nas mãos de Deus. Crêem que Jesus, tendo passado pelo túnel da morte, vive hoje vitorioso impulsionando a comunidade da Igreja e do mundo na direção da

meta final do Reino. Mesmo levados aos tribunais para dar testemunho de sua fé os religiosos exalam esperança no coração de toda e qualquer tribulação. Espera-se da vida religiosa hoje manifestações de um sadio otimismo, de confiança no homem, de empenhos para tirar todos os traços de desespero. Quem mais indicado para isto que o religioso?

3. Homens de oração

Sempre de novo o capítulo da oração precisa ser revisto pelos religiosos. Estes são testemunhas do Absoluto no meio do mundo. Quando falamos em religioso ou religiosa pensamos imediatamente em pessoas de intensa vida de oração e de contacto com o Senhor. Inconcebível um religioso que não vivesse constantemente na atmosfera da oração. Oração que não consiste na mera recitação de fórmulas ou dos salmos do breviário. Através dos anos de formação e de toda sua vida o religioso compreende aos poucos que precisa colocar-se privada e comunitariamente, humilde e pequenamente, diante do Altíssimo e Bom Senhor, como dizia São Francisco de Assis. Sabe que sua vida de consagrado é um contínuo respirar em Deus. Faz incursões no mundo do silêncio e da reflexão meditativa embora sinta necessidade de caminhar na trepidação das ruas das cidades e não longe do apito das fábricas. Sabe que precisa procurar a montanha, o silêncio, o deserto para mergulhar suas raízes em Deus. A oração-meditação ocupa lugar de destaque na vida do religioso. Rumina as palavras da Escritura. Sob o influxo do Espírito Santo traz para o hoje do mundo os eventos e as ações de Deus con-

signadas nas páginas do velho e do novo povo de Deus. É esse encontro entre o silêncio e a agitação da vida que propiciará o surgimento de uma oração na vida e de uma vida na oração. Não vive o religioso somente na agitação. Recolhe-se. Dobra-se sobre si mesmo e saboreia quão suave é o Senhor. Reza em comunidade. Toma, então, o livro das orações comunitárias para que sua voz se misture e se some aos irmãos de vida consagrada e aos homens que buscam a Deus na oração comunitária. Nunca faz essa oração por mera obrigação, mas porque quer se sentir irmão diante de Deus dos irmãos de vocação. A Eucaristia cotidiana é ponto alto da vida de oração do religioso.

O povo de Deus, sobretudo os pobres e pequenos, estão se congregando em reuniões de oração. O religioso participa também da oração com o povo. Sem querer impor-se nestes grupos os religiosos participam deles com respeito e humildade. Encontra-se com jovens, casais, operários, estudantes e outros grupos. O religioso descobre assim a ação e a presença de Deus no coração da vida desses grupos. Descobre e adora a presença do Senhor no coração da realidade. Traz esses encontros para o silêncio de sua casa e junta tudo numa amorosa entrega que faz de sua vida, a todo instante, ao Deus de toda grandeza.

Importa questionar a qualidade da vida de oração em nossas comunidades religiosas. Num mundo materializado o capítulo da oração é importante. Diante do fato de que muitos buscam uma oração por demais privatizante e mesmo alienante o re-

ligioso cuidará de mostrar uma vida de oração engajada. Os religiosos cuidarão que sua oração seja extremamente gratuita.

Comunidades religiosas de consagrados, médias ou grandes, devem organizar momentos de oração com a participação do povo. Os religiosos deverão estar presentes na animação de dias de oração, de encontros de meditação. Alguns de nossos grandes conventos deveriam poder organizar muitas vezes durante o ano dias de retiro e de reflexão para leigos.

4. Comunidades fraternas e simples

Em muitas regiões de nosso país a Igreja está reaprendendo a viver em comunidades. Dividem-se as atividades, distribuem-se os papéis, partilham-se as responsabilidades. Jovens e menos jovens fazem a experiência fundamental do cristianismo que é o amor fraterno. Aí escutam em comum a Palavra do Senhor. Procuram ter bens e viver em comum. Pode mesmo acontecer que alguns dos candidatos à vida religiosa não tenham mais conhecido o cristianismo individualista que marcou os tempos da juventude de muitos religiosos de hoje tanto brasileiros como europeus. Não poucos hoje buscam realmente na vida religiosa a experiência das primeiras comunidades cristãs descrita nas epístolas paulinas e nos Atos dos Apóstolos. Esforço considerável já foi feito em muitas Ordens e Congregações para a revitalização da vida comunitária. Passou-se de uma comunidade formal e fria, mais ou menos intelectual e abstrata, para manifestações

de partilha de vida, exame e balanço sincero e franco da razão e qualidade das atividades exercidas. A oração ganhou feições comunitárias. O uso dos bens ficou mais responsável. Os discursos sobre o "confrade" ou a "co-irmã", muitas vezes, cedeu lugar a concretizações de comunhão de destino. Num mundo marcado pela massificação, pelas comunicações sociais que trazem a todos notícias e crises que são absorvidos superficialmente a comunidade religiosa passou a ser um lugar de estudo, de reflexão, de esclarecimento, de iluminação da realidade a partir da fé. Tornou-se normal uma reflexão sobre as raízes de muitos problemas. Documentos oficiais da Igreja facilitam esse novo estilo de troca de idéias no seio das comunidades. As comunidades chegaram a uma simplicidade de vida, o superior tornou-se realmente um coordenador da vida da comunidade. Seu trabalho é de auscultar e canalizar as aspirações profundas do grupo. No jogo da convivência fraterna vai se processando, em muitas comunidades, o amadurecimento dos jovens religiosos.

Mas temos ainda comunidades por demais formais, religiosos que se escondem atrás de um certo mutismo com medo de enfrentar as exigências da vida religiosa hoje. Há ainda o peso morto de certos religiosos que consideram vida comunitária como encontro formal na capela, no refeitório e em certos atos comuns. Ainda existe o culto do superior. Sem defender a anarquia na vida de comunidade como infelizmente acontece em não poucos grupos ou províncias é urgente chegar-

se a comunidades mais simples e mais fraternas.

A comunidade de vida consagrada se sente muito ligada à comunidade paroquial ou diocesana. Ânrias e desejos, problemas e alegrias das comunidades cristãs penetram as paredes das residências dos religiosos. Os conventos e residências não são guetos ou refúgio de personalidades mais ou menos medíocres ou acomodadas. Fraternidade, simplicidade, verdade e engajamento são algumas características da nova comunidade da vida consagrada.

5. Atualização do carisma dos fundadores

A vida consagrada existe no coração da Igreja. Hoje mais do que nunca os responsáveis pela animação da vida religiosa estão conscientes de que seus projetos e suas metas precisam estar em consonância com as necessidades concretas da Igreja local na qual estão vivendo. Em nosso ambiente brasileiro essas exigências concretas são entre outras: cuidado pelos direitos humanos, construção de um mundo mais justo e mais fraterno à luz do Evangelho, descoberta de Deus num mundo materializado, cuidado pelos jovens, defesa da família, trabalho na formação cristã de todos pela catequese. Viver a vida religiosa em nossos dias é levar em consideração estes e outros dados.

Não é possível querer transpor para nossos dias experiências que se mostraram válidas no início do século ou em tempos anteriores. Hoje mais do que nunca se deve falar em atualização do carisma dos fundadores de famílias religiosas. Sabe-

mos que a maioria ou quase totalidade dos fundadores nunca pensaram em instituir uma forma de vida consagrada. Foi a virulência de suas personalidades humanas e espirituais que provocaram o surgimento de determinados grupos de religiosos. Os fundadores eram homens de suas épocas, profetas cheios de vigor que se inseriram na vida da Igreja do tempo. Todos eles se aproximaram de determinados aspectos do Evangelho que quiseram encarnar em suas pessoas. Muitos institutos procuraram e procuram saber o que fariam os fundadores hoje, no contexto mundial e local em que vive. Nada mais justo. Muitas congregações sabem que subsistem porque seus fundadores se identificaram com a perenidade do Evangelho. Basta pensar em São Vicente de Paulo e São Francisco de Assis. Viver o carisma fundacional hoje é tentar ver o que há de perene na mensagem e na obra dos fundadores. Nem sempre as congregações têm a capacidade de separar o que é carisma fundacional de tradições que foram sendo assumidas como importantes ao longo do tempo e que, na realidade, não podem ser perenes. Circunstâncias, necessidade de sobrevivência, solicitações de bispos e outros fatores foram dando aos religiosos atividades e tarefas que, se não são totalmente alheias à sua vocação, não poucas vezes distanciam-nos de seu carisma específico. Tomemos apenas o exemplo de religiosos que são vigários paroquiais. Na prática estes religiosos se sentem devorados pelas atividades e pela administração paroquial de forma que são engolidos pela atividade e pelo frenesim da pastoral. Nos capítulos provinciais e outros encontros os reli-

giosos se sentem alheios aos projetos de sua própria família religiosa. Quando estes se dedicam às atividades provinciais específicas não podem ser totalmente vigários e agentes de pastoral numa determinada diocese. É a história do Evangelho que diz não se poder servir a dois senhores. Obras e tarefas assumidas pelos Conselhos Provinciais não podem contar com religiosos capacitados porque estes estão presos a compromissos paroquiais. A criatividade na família religiosa fica paralizada. Essa situação tende a continuar ainda por muito tempo uma vez que o número de sacerdotes diocesanos não ainda está aumentando em proporção igual ao crescimento da população. Mais religiosos são requisitados pelos bispos. Colégios e hospitais grandes vão tendo cada vez mais dificuldade para subsistirem com pessoal da própria congregação.

A tudo isso deve-se acrescentar o fato de que muitos religiosos não sentem coerência entre uma opção pelos pobres e seu trabalho em escolas e obras faraônicas. Quais as atividades que seriam sugeridas pelo carisma de cada família religiosa? Certo que muitos passos já foram dados no sentido do despojamento. Mas ficam dificuldades e problemas. Como administrar escolas e hospitais, para dar apenas um exemplo, quando a burocracia estatal vai se tornando infernal, quando exigências de modernização exigem capital de que não dispõem as famílias religiosas? Mais ainda. Como fazer uma pastoral coerente e séria dentro destas e de outras grandes obras? Essa reflexão não é nova. Muitas congregações fecharam obras e se dirigi-

ram para atividades mais missionárias. Umas se arrependeram de tais decisões. Outras conseguiram novo ar para seus religiosos. As transferências de religiosos que estavam em comunidades mais livres e mais abertas para dirigirem obras tradicionais não poucas vezes produz imenso e quase insuportável sofrimento. Nesses momentos bons religiosos se sentem desanimados.

6. Os religiosos e os pobres

Aí está um assunto extremamente delicado de ser abordado. Parece que a consagração dos religiosos a Deus comporta hoje uma atenção grande pela evangelização dos pobres. De um certo assistencialismo do passado vemos que a tendência é chegar a uma evangelização global que não seccione o homem. Não queremos dar pão de um lado e depois falamos em Jesus Cristo e sacramentos. Sentimos hoje que evangelizar é promover totalmente o homem e as comunidades humanas. Há uma necessidade de se conviver com os pobres. Não vamos a eles somente para dar, mas também para receber. A Evangelização dos pequenos e pobres parece exigir que os agentes de pastoral, no caso os religiosos, se integrem na vida de fraternidades leigas e comunidades de base, que aí cho-rem suas lágrimas e riam seus risos. Trata-se de uma ação que visa levar os grupos a descobrirem a ação de Deus no coração de sua realidade. Como homem do Evangelho o religioso tem uma qualidade de presença muito importante e quase imprescindível nesses grupamentos. Não vai como alguém que quer manipular. Vai como um irmão. Não concordará com manipulação de polí-

tica partidária. Estará ao lado dos pobres e dos sem voz para que sejam mais homens e mais cristãos. Os religiosos sabem muito bem que os pobres são os primeiros destinatários da boa nova do Evangelho. O trabalho com os pobres é muito exigente e muito urgente. As comunidades de vida consagrada estão hoje em constante meditação e reflexão sobre o modo como vão concretizar essa exigência e essa necessidade da Igreja no Brasil. Sabemos todos que esse tipo de trabalho exigirá dos religiosos mais maturidade e maior desprendimento.

7. Novas vocações

O Ano Vocacional quer colocar em destaque elementos apaixonantes do seguimento de Cristo. Tudo isso requer que as Congregações e Ordens estejam em condições de absorver e receber esses novos irmãos que o Senhor lhes dá. Cessou o tempo da improvisação dos Mestres. Muitos bons religiosos não aceitam o desafio da função de formação. Características importantes desses formadores é a profundidade de vida com Deus, discernimento, maturidade humana e psicológica. Confidências de religiosos e religiosas jovens não poucas vezes nos colocam diante da realidade de formadores incapazes de abrir as portas da realização humana e religiosa dos jovens candidatos. Evidentemente o Ano Vocacional reclama uma revisão geral dos nossos quadros e atividades. Tempos houve em que os novos religiosos entravam numa realidade acabada e feita. O bom religioso era aquele que mais facilmente se adaptava a esquemas vigentes e transmitidos pelas gerações anteriores. Ho-

je talvez o bom religioso seria aquele que contribuísse mais para levar os institutos à verdade límpida de suas origens, e redescobrir seu específico do nosso hoje. Com estas afirmações não estamos endossando certas comunidades de estudantes onde, sob pretexto de adaptação aos tempos modernos, não há mais espírito de recolhimento, de silêncio, de acatamento a normas as mais rudimentares. Tem-se a impressão de estar entrando numa república de estudantes universitários. O cuidado pelas novas vocações será sério na medida em que toda a comunidade se tornar responsável pelo dom de Deus que são aqueles e aquelas que sentirão atraídos pelo nosso estilo de vida.

Conclusão

Temos consciência de ter apenas tocado levemente alguns pontos essenciais do tema. Talvez alguns aspectos muito importantes do assunto tenham ficado na sombra. Pensar em propaganda vocacional neste ano de 1983 é oportuno e necessário, mas é indispensável rever as engrenagens íntimas e externas da concretização de um caminho de seguimento radical do Evangelho e da consagração especial a Deus. A saúde da vida religiosa está na limpidez de uma entrega amorosa e orante a Deus e num comprometimento cada vez maior com os homens, mormente com a procissão dos pobres, para os quais é dirigido em primeiro lugar, o anúncio de um Reino novo. Os religiosos foram tirados do mundo para depois serem reenviados a ele diferentemente, isto é, transfigurados ou num processo de transfiguração no Absoluto.

A VOCAÇÃO DE MARIA NO MEIO DE SEU POVO

*A inserção exige silêncio, raízes,
duração. Conviver com o povo, compartilhar suas
lutas, suas preocupações, seus sofrimentos,
é condição imprescindível à evangelização hoje.*

Ir. Ana Roy, AS
Utinga, BA

“Nazaré! exclamou Natanael, pode vir alguma coisa boa de lá”? Num povoado tão desprestigiado, numa realidade tão pobre, num meio tão despreparado, quem pode ser destacado para uma missão? A quem se pode dirigir o chamado de Deus? Quem pode acolher o convite à alegria completa que os profetas lançaram à Filha de Sião: “Alegrate, vibra de felicidade, Filha de Jerusalém... pois o Senhor está no meio de Ti...” Sof. 3,14.

Conforme a sabedoria humana de raciocinar e planejar, Natanael tem toda razão. Ali, não se encontrava gente de nome, gente de poder, gente de saber. E como teria imaginado ele, ainda limitado a “sombra da figueira”, “que Deus deliberadamente escolheu valer-se das idéias que o mundo considera absurdas e desprezíveis para envergonhar aqueles que são considerados sábios e grandes” 1 Cor 1,26. Feliz, porém, a exclamação deste israelita reto,

“sem falsidade” dirá Jesus, que falou alto e soltou o que, às vezes, chegamos a pensar e silenciemos por respeito humano ou vergonha!

No entanto, a resposta a esta pergunta constitui o grande desafio que enfrentamos hoje. O problema das vocações está por baixo deste questionamento que, da longínqua Judéia ecoa ainda no ar das nossas caatingas e paira sobre nossas periferias: De “lá”, das áreas populares pode vir coisa boa? A vocação de Maria, filha do povo, convivendo com o povo responde ao desafio e manifesta que o plano de Deus reduz a nada as nossas falsas seguranças e as nossas covardias.

“Ela chamava-se Miriam...” Miriam de que? — “Era moça de Nazaré”. Tal é o documento de Maria, um documento de pobre, o que os evangelistas nos conservaram. Aliás, hoje ainda, no interior, as coisas continuam assim. O pessoal ignora e

nem liga com os sobrenomes: É Antonia da Lagoa Preta ou Luzia do Umbuzeiro! Basta isto e o povo do local já reparou. É um jeito bem popular de se apresentar. Maria, filha do povo herdou desta maneira de ser identificada: "Era Maria de Nazaré", assim entrou na cena do mundo e conhecida por este título por todas as gerações. Enquanto a genealogia de José para terminar em Jesus, ocupara a metade do primeiro capítulo de São Mateus, a maior discreção envolta a pessoa de Maria.

Este silêncio biográfico é muito significativo e adequado por sublinhar o essencial: o importante é que saibamos que Maria era da terra de Nazaré, que lá se criou; lá cresceu e lá se casou com o carpinteiro da localidade, pois isso é, que nos revela as raízes sociais e a condição humilde de Maria. Nazaré, na época, é uma pequena vila, no alto da serra como muitos povoados de nossos sertões. O pessoal trabalha na roça e alguns artesões, como José, prestam serviço à comunidade.

Ali, no seio de uma família humilde e religiosa, junto ao seu povo, Maria leva a mesma vida que as moças do seu tempo. Quem vive com o povo do interior, longe das capitais, conhece ainda as mil sugestões dos mesmos trabalhos caseiros, sem nenhuma condição de melhorar e sempre de repetir: buscar a água na fonte ou a lenha no mato, carregar a mandioca e preparar a farinha, limpar a roça, gestos sempre os mesmos que exigem tanto amor! Conforme os dados que podemos reconstituir, foi bem parecido a este tipo de trabalho o de Miriam em Na-

zaré: uma vida sem parecer, incapaz de chamar atenção, afinal uma vida de pobre, a que plasmou a personalidade da Mãe de Deus!

Filha do povo de Nazaré, Maria é também Filha do Povo eleito de Deus. Como nenhuma moça de Israel, ela alimenta o desejo de corresponder à vontade de Deus na grande tradição do seu pessoal, através da religiosidade popular dos seus familiares. Ela participa das reuniões na Sinagoga, medita as Escrituras. O Deuteronomio é por assim dizer o seu evangelho antecipado em que Maria cultivava a sua dependência fiel e filial ao Deus Único que ela quer servir e amar "com todo coração, com toda alma e com todas as suas forças".

Prepara-se e acompanha as longas peregrinações a Jerusalém, vibrando a todos os cânticos dos romeiros: "Que alegria quando me disseram, vamos a casa do Senhor." Mesma animação que toca o coração da gente quando viajamos hoje nos caminhões que levam nosso povo para os santuários! Enfim, esta espiritualidade, Maria a recebeu do seu povo mas a levou a tal ponto de espiritualização do seu ser que a sua dependência ao Deus da Aliança se tornou disponibilidade pura, transparência absoluta, liberdade perfeita, oferta viva.

Nela, o "como Deus quer, se Deus quiser" dos Pobres de Javé e dos pobres de hoje encontrou uma abertura total. No dia a dia, Maria cresceu na Fé e aprendeu a integrar no Espírito Santo o abandono radical à vontade de Deus da verdadeira pobreza. Todo seu ser tornou-se obediência altamente fiel e

pura ao plano de Deus. "Se Deus quiser, tudo que quiser, quando quiser e como quiser"!

Tanto é que, ao "Faça-se" permanente de Deus Criador correspondeu a "seja feito" de uma criatura, o mais afim, o mais perfeito que pudessem pronunciar lábios humanos. Daí, irrompeu a Luz para dentro do tempo que passou a ser definitivo. Foi "a Plenitude dos Tempos", o momento histórico em que a capacidade humana de adequar-se ao designio de Deus atingiu a máxima! A terra inteira, neste pedaço de chão de Nazaré, abriu a sua riqueza ao Sol e "produziu o seu fruto", fruto preparado no longo inverno das gerações sucessivas, através das revelações progressivas, confiadas a memória do povo.

Então, já que os tempos tinham alcançado a Plenitude, "Deus enviou o Seu Filho nascido de uma mulher" (Gal 4,4) porque esta mulher dilatou seu coração e ofereceu a Deus o sim sem restrições que transformou o destino do mundo. Em Maria, a adesão da humanidade ao "Se Deus quiser" esteve a pino. Porém, ao deixar-se Jesus nascer no seu ventre, Maria não se retirou do seu povo apesar das complicações que iria encontrar. Podemos imaginar num lugarejo como Nazaré! Mas na simplicidade e na confiança do Fiat inicial, Maria continuou junto ao seu povo, expondo-se às contradições, e quem sabe, até às suspeitas possíveis que também fazem parte de toda vocação...

Grávida do "Filho do Altíssimo" a quem Deus daria de reinar sem fim sobre a casa de Jacó, Maria deixou crescer nela todos os desejos

do Pai rumo à Salvação. Assim Deus entrou na História dos homens e Maria assumiu a sua vocação junto ao "pobrezinho povo de Jacó" com mais responsabilidade. Cada dia de gravidez, foi, em Maria, o encontro da Eternidade de Deus com a temporalidade dos homens. Por isso a maternidade tornou adulta, não tanto no sentido físico como no sentido da sua missão. Essa irá se definindo e se firmando ao longo das etapas marcantes da sua caminhada:

— a convivência com o povo de Nazaré;

— a missão ao compasso do povo nas estradas de Palestina;

— a compaixão solitária e solidária com o povo rumo a Jerusalém.

A convivência com o povo de Nazaré

A discreção evangélica que envolve esta etapa, a mais longa da vida de Maria é a única possibilidade de expressar uma existência tão simples. A simplicidade dispensa sempre comentários! Precisa morar num povoado retraído para experimentar a dificuldade a prestar conta do "tram-tram" de cada dia.

Pode-se pedir a uma mulher da roça: Quais são as novidades por aí? O que está acontecendo? A resposta que se dá, é quase sempre a mesma, acompanhada de um bom sorriso: "Nada... tudo está na paz de Deus!" Isso me parece retratar exatamente a vida de Nazaré. A vida do pobre vai se esticando pelo caminhar de uma inalterável mono-

tonia onde tudo se apresenta com a marca do costumeiro. Aparentemente, é verdade, nada ocorre que muda o ritmo, a rotina é que manda. O imprevisto parece ausente e tudo processa-se numa rigorosa falta de novidades. Então, as palavras são inúteis para traduzir aquilo que só o silêncio possa interpretar e plenificar.

Este silêncio, porém, não é vazio: é capacidade de escutar, de interiorizar, amadurecer e levar para frente as esperanças escondidas no coração dos pequenos. "Maria conservava todas as coisas no seu coração". Dizia uma outra Maria, que não era de Nazaré mas de um lugar bem parecido: "Dizem que aqui é um lugar atrasado. Acho que não, pois aqui é uma família só. É um lugar abençoado por Deus pois tudo vai indo na paz e nos "va" todos pra o céu quando Deus quiser". Ingenuidade? Talvez. Ignorância? Mas admirável sabedoria dos fracos que aponta o Essencial sem se reter ao relativo e se apegar ao acessório. Por ser filha do povo, Maria possuía o silêncio nativo dos humildes, como tônica de sua vida e assim levou a termo a esperança libertadora dos pobres.

Aliás precisava-se da plenitude do silêncio para acolher a plenitude da Palavra. Tão inserida na vida do povoado, Maria, esposa e mãe, ali estava e ali ficou, sem aparecer, sem falar, convivendo apenas com os parentes, amigos e vizinhos. A casinha de Nazaré conservou o segredo das maravilhas que ali Deus fez. A vida dos Pequenos é sempre um segredo ou melhor um mistério incompreensível e indecifrável para os

grandes e os orgulhosos. José trabalhava, Jesus crescia, Maria tomava conta da casa como qualquer mãe de família: a vida a mais ordinária, comum às famílias do povo.

Este realismo não se pode reduzir a favor de um idealismo demasiado ou ser afogado numa sacralização abusiva. A que os séculos nos apresentam como a "Sagrada Família" é primeiro uma família do povo que vive do trabalho do povo, cresce na cultura e nos costumes do povo e se santifica na religião do povo. Neste meio que Jesus se criou. Maria não podia lhe dar um outro tipo de preparação à vida do que a própria cultura popular que plasmou a sua personalidade no seu próprio meio familiar.

E lá, em Nazaré, Maria conviveu com seu povo, "a vida sem novidades" durante uns quarenta anos...! Só o tempo, o silêncio, a Fé e as mangas arregaçadas preparam e sedimentam a verdadeira libertação. A inserção exige silêncio, raízes e duração. Conviver com o povo, estar junto a ele, compartilhar suas lutas, suas preocupações, seus sofrimentos é condição imprescindível à evangelização. No meio de tantas palavras enganadoras e de promessas esquecidas, só terá crédito hoje, a palavra evangélica, se for vivenciada como em Nazaré, numa grande simplicidade, a longo prazo no trabalho de cada dia, junto ao povo.

A missão ao compasso do povo nas estradas de Palestina

Não sabemos o momento em que Maria ficou viúva e entrou nessa nova experiência; etapa duríssima da

sua caminhada. A morte de José, nesta família única deixou uma dor que nem se pode avaliar. Tudo indica que Jesus tomou conta da oficina para sustentar sua mãe tão acostumado que era, desde a infância, a trabalhar com José. No entanto, depois de ter completado uns trinta anos mais ou menos, chegou a hora de cumprir a missão do Pai, de uma outra forma.

Maria que sempre conservara no coração a resposta do adolescente no acontecimento do Templo, não estranhou e mais uma vez tornou-se disponível para uma nova etapa importante de sua vocação, pronta a seguir o seu filho. Aonde a levará a missão? Nem sabe e nem pode saber. Uma vocação, nas múltiplas encruzilhadas da vida nunca se apresenta como "um prêt-a-porter". É sempre uma aventura que encerra o seu próprio dinamismo: "Deixa tua terra, tua casa e vai..." Maria conhecia a caminhada da fé dos seus antepassados. Como eles, engaja-se sem hesitações e sem condições.

Não há vocação a não ser engajamento concreto na História dos homens sempre em gênesis, numa terra "em dores de parto". E quem se engaja dá por sua vez a sua contribuição ao "por-vir" da humanidade e manifesta o próprio inacabamento do seu ser e do mundo que anseiam para a Vida Plena, através de passos libertadores. Maria conhecia o Passado Libertador do seu povo e experimentou também na sua própria pessoa aquilo que o Santo fez "olhando a pequenez de sua serva". Embora "cheia de graça", Maria engaja-se, para o mundo conseguir a plenitude de sua li-

bertação. A sua humildade é que lhe possibilitou este novo passo na sua vocação missionária.

O seu primeiro "sim", sempre renovado, resultou no seu compromisso com o povo. Realmente Maria optou pelo povo. Junto a Jesus, ela fez-se porta-voz das necessidades do povo assumindo um papel de mediação. O acontecimento de Caná, realça esta permanente atitude medianeira. Houve um casamento em Caná, pequena cidade, onde todo mundo comparece quando há uma oportunidade como essa. Podemos imaginar... e por causa da pobreza ou falta de previsão, pouco importa, o vinho vem a faltar! Coitados dos noivos que amanhã irão passar vergonha, numa pequena localidade em que o pessoal irá comentar. Mas Maria está lá e sente o vexame que pode afligir a família.

A intuição feminina percebe logo antes de falar. Maria, porém, não fica no "ver", passa ao "agir" e a sua atitude, naquele dia, nos abre o caminho da verdadeira mediação inserida: levar o caso a Jesus e fazer tudo aquilo que disser. Isso me parece a mística da vida inserida. Levar os casos a Jesus implica antes de tudo, conhecer os casos, vivenciar as dificuldades, sentir os problemas "aqui e agora".

É a presença atenta de Maria que tudo muda. Que teria acontecido em caso de ausência? Maria, nesta hora nos ensina a verdadeira atitude missionária: enfrentar a realidade tal como é e colocá-la à luz da Palavra para poder interpretá-la na Fé no Plano de Deus. A solução não é pronta, sempre para buscar. Maria não fala aos servidores

de "repetir" aquilo que Jesus disser, mas sim de "fazer", isto é, de criar um agir concreto em conformidade a Palavra de Jesus. Deram-se então ao trabalho de encher seis talhas com 100 litros cada uma! Isso levou tempo. A paciência histórica precede sempre as manifestações do Poder de Deus.

Precisa-se de muito amor e uma grande delicadeza para carregar os problemas do povo sem dominar e sem humilhar de modo que o povo se sinta realmente agente da sua própria libertação, enchendo as talhas de suas capacidades e possibilidades. Maria se formou pela experiência e vivendo a sua vocação descobriu sempre mais as exigências do seu compromisso junto ao povo. As palavras de Jesus irão progressivamente iluminar e ampliar a consciência de sua mãe. Certo dia, Jesus declarou:

"Quem é minha mãe? Sim eu vos declaro, todo aquele que obedece a meu Pai do céu, este é meu irmão, minha irmã, minha mãe" Mat 12,48. Qual foi o impacto no coração da mãe a mais delicada e a mais sensível que jamais apareceu na terra? Quantas vezes Maria passou e repassou estas palavras no seu coração antes de penetrar no horizonte novo que lhe desvelaram e entrar numa dimensão nova da sua maternidade, além da geração natural?

Desde então, na Fé pura, experimentou que os laços de sangue não esgotam a riqueza toda da maternidade e que o fruto do ventre — mesmo que bendito — não conclue todos os possíveis da filiação humana. Mãe de Jesus, sim, Maria não deixa de ser; mas no mesmo tempo,

o seu conceito familiar amplia-se: ela será de vez mãe e irmã de todos aqueles que acolhem o Reino de Deus numa relação nova e original, tão forte para desdobrar os laços naturais quanto íntimo para criar um parentesco verdadeiro. Daí por diante, o seu compromisso materno não terá mais limitações e fronteiras.

Para realizar-se na liberdade interior de uma consciência madura, cada vocação apostólica e mais ainda toda vocação inserida, tem que dar, num dia, o mesmo passo, isto é, desabsolutizar a prioridade da relação familiar para penetrar, com Maria e como Maria, no universo parental de Jesus, o da comunhão fraterna com os pobres, os cegos, os coxos, os marginalizados, enfim com a grande multidão dos Pequenos e injustiçados. Hoje a opção preferencial pelos pobres cobra de nós uma ruptura com as origens familiar, cultural, social, até nacional para que se possa re-criar com o poder de Deus, um novo tecido de parentela com o povo e no povo. O "nascer de novo" para entrar no Reino de Deus feito, desde já, de todos os humildes da terra implica essa páscoa, essa passagem pela morte para viver de um outro modo.

Isso não se dá em termos de técnica, de receita, bem o sabemos. Apenas a perseverança paciente, silenciosa, fiel ao Deus Criador, que derrota todos os impossíveis pode operar esta transformação. Não foi barato o preço que Maria pagou para viver a sua vocação no meio do povo; abandonou tudo até o direito de ser mãe do jeito de qualquer mãe, assim como o filho deixou

também de ser filho como era “de condições divina”, para se tornar filho do povo. Ambos passaram por um processo de re-identificação: o Filho pelo caminho da Encarnação, a mãe pelo caminho da inserção. Um caminho só que levou Jesus à Paixão e Maria à compaixão.

Somos prontas a pagar a conta para andar com Maria dos caminhan-tes nas estradas do povo? Somos disponíveis a romper com o concei-to burguês que matizou todas as nossas congregações para tentarmos viver a grande aventura da fraterni-dade evangélica junto ao povo?

A compaixão solitária e solidária junto ao povo

Não existe vida inserida em meio popular sem paixão, simplesmente porque a vida do povo é sofrida. É um grande desafio. Quem escolhe a solidariedade com o povo com-padece com o seu sofrimento, luta pela sua libertação e defronta-se, hoje como ontem, numa solidão pe-sada, com as barreiras trágicas do poder e da dominação que esma-gam o povo. Maria não escapou a este drama e a sua compaixão não se limita ao grande acontecimento de Jerusalém, na Páscoa. Ela per-passa a sua vida toda.

Tudo aquilo que Jesus enfrentou como contradições, resistências por parte dos defensores da lei e dos partidários da Ordem estabelecida, Maria também teve que enfrentar. A favor dos Pequenos, ela assumiu a coragem do seu Filho contra a oposição daqueles que, em nome do prestígio religioso ou político, bar-raram a pessoa de Jesus, enquanto

portadora de uma mensagem de jus-tiça, julgada “altamente subversi-va”... E nada mudou disso.

— “De que se mete este filho de carpinteiro? Não é doutor, nem estudou e se pretende dono da Ver-dade prega o direito para todos, co-me na casa dos publicanos...!”

— “Você é Samaritano e tem de-mônio!” João 8,58.

Maria provavelmente presenciou tais cenas de injúrias e mais outras “quando apanharam pedras para matá-Lo” João 8,58. Contudo con-tinuou firme, participando da mis-são do Servo Sofredor que “derru-ba os poderosos de seus tronos e eleva os humildes” a este custo. Es-tas mesmas palavras que a jovem Maria usou, muitos anos antes, no cantochão do seu Magnificat, antes de Jesus nascer, soam agora no seu coração, na tonalidade grave do en-gajamento maduro na luta contra to-da forma de opressão, com as armas da presença, da verdade e do per-dão. Como nenhum outro testemu-nha, Maria sofreu ao observar o quanto a Boa Nova recebida pelos Pequenos — “todo o povo escutava com a maior atenção” Lc 19,48 — suscitava hostilidade e cólera por parte dos “Grandes”, o mesmo fe-nômeno que se repete, hoje, logo que os seguidores de Jesus Cristo defendem os Fracos em nome do Evangelho.

Assim crescia a consciência de Maria — a sua consciência crítica diríamos hoje — não a partir de uma teoria mas no vai e vem con-tínuo entre a Palavra e as reações que produzia: Palavra acolhida por um lado, rejeitada pelo outro, como

se fosse o mundo dividido em dois campos. Certa vez Jesus disse: "Não é a paz que vim trazer ao mundo mas a espada." Uma nova luz iluminou o coração de Maria para abrir a sua visão e fortalecer as suas convicções.

Uma mulher do povo sabe muito bem que o facão não é de primeiro uma arma para ferir, mas uma ferramenta para abrir, separar e reparar. Nunca sairá um camponês pra roça sem levar o facão! Na Judéia o pessoal usava a espada com a mesma finalidade. A comparação que Jesus tomou não deixou ambigüidade nenhuma. Foi claro demais. "Quem tiver ouvidos para entender, ouça"! E Maria, a toda pura toda imaculada, se deixou transpassar por esta declaração de Jesus. A sua Palavra como a espada opera e evidencia as divisões no mundo enquanto o projeto de sociedade fraterna não tiver deitado raízes nos pensamentos e nos desejos os mais íntimos das consciências humanas.

Então, ela separa, realiza um julgamento, criando abertura de uns e fechamento dos outros: "Satisfaz os famintos e despede os ricos de mãos vazias". Maria acompanhou este processo doloroso à medida que Jesus ensinava. A proposta dele é opção para que todos possam se posicionar numa relação correta de irmão, nivelando as alturas de qualquer poder explorador e endireitando os caminhos tortos da injustiça. Era — e sempre será — inevitável que tal escolha incluía a perseguição daqueles que pretendem garantir os interesses dos grupos sociais dominantes a custo da exploração dos humildes.

Maria sentiu o furacão perseguidor aproximar-se. Nesta altura, a profecia do velho Simeão tomou uma relevância mais clara: "Esta criança foi escolhida, tanto para destruição como para a Salvação de muitos em Israel e muita gente falará contra Ele" Lc 2,35. Já chegou a hora. Cada dia tornou-se mais evidente a oposição a Jesus e Maria entrou na última etapa da sua existência missionária, Mãe das dores, solidária com todos os sofredores do mundo, ela se deixou atingir pela tempestade de violência desencadeada em torno de seu filho. A mãe bendita entre todas as mulheres, porque nunca o mal a tocou, carregou consigo, junto a Jesus todos os "não" da resistência humana no "sim" transparente da sua entrega total. Esta grande sensibilidade lhe deu cedo a perceber a trama que se montava para matar Jesus. Não havia outra saída possível: "Quem não é a meu favor é contra mim" Lc 11,23.

Não existe outra possibilidade: a espada dividiu o mundo. Ninguém pode servir a dois mestres. Precisa escolher. Maria então, deixou que a espada corte-lhe o coração ao ponto que se abrigou no seu ser perfeitamente unificado o drama da grande divisão do mundo: opressores/oprimidos, ricos/pobres, fartos/famintos, grileiros/posseiros e os demais pares gerados pela injustiça. Este drama, que no início da sua vocação, Maria havia discernido, junto à Isabel, com a intuição certa dos humildes, chegou ao seu ponto de estourar.

Foi vivendo, porém, esta situação dramática, não na tranquilidade da

casa, mas nas pisadas dos homens, que Maria avaliou a amplitude da Salvação e a profundidade do seu compromisso com o povo rumo à Libertação definitiva. Uma coisa é saber, outra é compadecer. Para Jesus a grande aventura, aqui nesta terra, terminou na cruz.

Quando Jesus viu que a mãe dele se achava junto a João disse a ela: "Mulher, ele é o seu filho" e ao discípulo: "Olhe, ela é sua mãe. Daí em diante, o discípulo levou Maria para sua casa". No entanto o combate não parou... A espada evangélica continua operando a mesma divisão no coração dos filhos adotivos. Pois, "o dragão não deixou de ser furioso contra a Mulher e foi combater o resto dos descendentes dela, os que são fiéis à Verdade revelada" por Jesus (Apo. 12,17).

Cristo já tinha avisado: "Vocês serão presos, processados, chicoteados... Vocês serão julgados diante dos governadores e dos reis por minha causa" Mat 10,17-18. Isso verifica-se cada dia. Quem se engaja, hoje, ao lado dos oprimidos no combate pela justiça sabe aonde será levado. Maria não sabia mas enfrentou sempre. Como mataram o Filho da Mulher, matam também os descendentes dela com todas as sofisticagens de morte que se encontram hoje.

A vida inserida, como a de Maria no meio do povo acaba trazendo muitos sofrimentos e termina sempre ao pé de uma cruz, qualquer seja a forma. Ali e só é ali, que se dá a suma prova do compromisso. Não podemos desalentar. Maria de Jesus e Maria do Povo assi-

milou as horas de angústia, as horas de agonia, as horas de luta sem jamais depor a esperança. Hoje, Santa Maria do Povo de Deus, sempre para nascer, continua acompanhando, unida ao seu Filho Ressuscitado, a gênese e a formação de seus filhos da terra. E os filhos aprendem da mãe que tanto conheceu e tanto partilhou a vida deles que o presente é o único momento da nossa disponibilidade; que o cotidiano é o lugar do discernir e assumir para responder à vontade de Deus; que o combate com o dragão é o espaço em que se prova a nossa fidelidade.

Mas como nos lembra muitas vezes o nosso povo, tão devoto a Nossa Senhora. "Pela Virgem Maria, Mãe de Deus iremos vencendo". Pois, sem dúvida nenhuma, o coração da Mãe deixou para sempre um rastro de luz no coração de cada filho para animá-lo nas horas escuras. Nossa Senhora do Povo fica presente a nossa caminhada de libertação hoje como ontem. O Ave Maria que inspirou a Conferência de Puebla expressa magnificamente a vocação permanente de Maria junto ao povo: "Ave Maria, grávida das aspirações dos Pobres, o Senhor é contigo... Benditos são os frutos de Libertação do teu ventre".

E acrescento: Santa Maria, nossa Mãe, reza por nós para que possamos viver também a nossa vocação consagrada no meio e ao serviço do povo. Reza por nós para que confiemos no Espírito de Deus quando chamar vocações, como a tua, no meio do povo. Reza por nós, Santa Maria do Povo, Tu que o povo chamava, Miriam de Nazaré.

A VOCAÇÃO DO LEIGO TEÓLOGO NA IGREJA HOJE

Dedico este trabalho a Ana Maria, Teresa, Paulo e Rogério, leigos que, como eu, procuram responder ao seu compromisso batismal no exercício do ministério da Teologia. E a Carlos, um cristão chamado ao ministério presbiteral, que alegremente compartilha com seus irmãos leigos os desafios e as esperanças implicados no fazer Teologia na Igreja, aqui e agora.

Maria Clara Lucchetti Bingemer

O objetivo do presente artigo é refletir sobre um dado relativamente novo na Igreja: a presença crescente de leigos que, contrariando o aparente consenso de que a Teologia (enquanto estudo, pesquisa e ensino) era domínio de clérigos e religiosos, buscam o acesso à formação e ao exercício desta ciência que a Igreja definiu como "a fé que busca sua inteligência."

As estatísticas mostram que, nos últimos anos, se vem constatando um número cada vez maior de leigos que buscam as Faculdades, Centros e Institutos de Teologia sem trazer como motivação a aspiração à ordenação presbiteral. E se, para alguns destes, a formação teológica é apenas um apoio teórico que ajuda a aprofundar e fundamentar mais solidamente a vivência de sua fé dentro do quadro normal da família e da profissão ou o apostolado específico no qual estão engajados, para

outros a vocação e o apelo que os faz procurarem os estudos teológicos consiste na própria Teologia. Ou seja, o objetivo destes últimos consiste em aprender Teologia para futuramente se dedicarem à pesquisa, ao ensino e à produção de textos que levem avante a reflexão do povo de Deus sobre os mistérios de sua fé, assim como à assessoria teológica às comunidades eclesiais.

Diante desse fato, levantam-se alguns questionamentos e problemas: estaria por trás disto, veladamente presente, um processo de clericalização dos leigos que, por motivos os mais diversos, não puderam ou não se decidiram por optar pelo ministério ordenado ou pela vida religiosa? Para este risco aponta Hans Urs von Balthasar, em seu pequeno artigo "Os teólogos leigos", escrito em 1979: "... existe um considerável número (de leigos) que em realidade seriam chamados ao sacerdócio, mas

por centenas de motivos penúltimos — como a momentânea incapacidade de decidir, a insegurança da fé, o medo ao celibato, etc. — têm medo de pronunciar o sim à vocação. Para cobrir a vocação sentida mais ou menos fortemente, eles prestam de bom grado ouvidos aos proclamas que se fazem ouvir de toda parte, como crescente secularização, urgência do apostolado leigo, sacerdócio comum, ministério como “um” carisma, descentralização da hierarquia, democratização das estruturas eclesiais e outros ainda... os “leigos forçados” devem continuamente sublinhar sua laicidade e fundá-la com uma ideologia eclesial” (1). Termina Balthasar o seu artigo acrescentando que esse perigo existe mais para os homens, uma vez que a mulher, por já não possuir normalmente o acesso ao ministério, está menos sujeita a esse tipo de tentação. Esperamos que o desenvolvimento do tema que procuramos realizar no corpo do presente artigo deixe clara nossa maneira de pensar sobre a argumentação acima.

Outra questão consiste na própria maneira como a totalidade da Igreja (e em especial a hierarquia) considera a Teologia feita pelo leigo. Existe uma legitimidade no fato de haver teólogos leigos? Há raízes bíblicas para se poder afirmar essa legitimidade? Qual a real necessidade, para a Igreja, de que haja leigos dedicados em tempo integral à Teologia? Não tem sido esse ministério desempenhado a contento pelos clérigos e religiosos? Não seria mais lógico e proveitoso que os leigos se restringissem a atividades ligadas às realidades temporais,

às quais muitas vezes só eles — como tantas vezes o afirmou o Concílio — têm acesso?

O que se constata é que, na realidade, os leigos que hoje em dia experimentam a vocação da Teologia e se dispõem a realizá-la na Igreja são ainda pioneiros e, como tal, sofrem e deverão sofrer ainda por algum tempo a desconfiança proveniente do preconceito de muitos. Preconceito segundo o qual o leigo, ao entrar nesse terreno, exorbita de suas possibilidades e capacidades, aventurando-se numa seara que não é bem a que lhe compete. As reações variam, então, muitas vezes, da condescendência ao repúdio, sob a tônica de uma mentalidade com resquícios dualistas que divide os cristãos em duas categorias de pessoas: os que se ocupam do que é sagrado, e os que se ocupam do que é profano. Cada um — segundo essa mentalidade — deve permanecer na sua área, sem pretender imiscuir-se no que seria o terreno do outro.

Segundo essa mentalidade, da qual infelizmente ainda não conseguimos libertar-nos de todo, é difícil aceitar que um leigo se ocupe das coisas ditas “do Espírito”, entre as quais se incluiria a Teologia, ciência da salvação, fé que busca sua inteligência, reflexão ordenada e discurso rigoroso sobre a Palavra de Deus encontrada na Sagrada Escritura e na Tradição da Igreja. Da mesma forma, não é aceitável que um sacerdote ou um religioso se ocupe e pretenda entender e opinar sobre os assuntos ditos “do século”, tais como Sociologia, Economia ou Política, em suma, tudo que o tire da sacristia ou do claustro e o faça

inserir-se de cheio no mundo e na vida dos homens.

Nosso trabalho pretende, modestamente, tentar contribuir para lançar um pouco mais de luz sobre estas questões. Começaremos, pois, com uma tentativa de delimitar melhor a significação dos conceitos de **leigo** e de **Teologia** e suas compatibilidades e afinidades. Em seguida, procuramos fundamentar biblicamente a possibilidade dada a qualquer cristão de exercer o ministério da Teologia em razão do seu Batismo. Após isto, tentaremos ver como o Concílio e a Igreja pós-conciliar abrem, progressivamente, possibilidades para que o leigo chamado à vocação da Teologia possa assumi-la e exercê-la consciente e plenamente. E finalmente, numa tentativa de trazer a reflexão para nosso tempo, procuraremos dizer uma breve palavra sobre o ministério do leigo teólogo na Igreja dos pobres na América Latina de hoje.

O primeiro passo para refletir sobre a vocação do leigo teólogo é estabelecer com um pouco mais de precisão como entendemos essa categoria **leigo** na Igreja de hoje. É por aí que procuraremos começar.

O leigo = uma categoria à parte?

Ao nos propormos tratar deste tema bastante atual do teólogo leigo, é urgente termos bem claro o que entendemos por leigo. O que significa, quais as conotações que tem, qual o alcance de sentido desta palavra **leigo**, hoje, no mundo eclesial cristão? Ora, ao se tentar proceder a uma reflexão sobre a identidade do leigo na Igreja, percebe-

se imediatamente que o que está em jogo é, isso sim, a própria identidade e auto-compreensão da Igreja em si mesma.

Como tudo que se pensa e se diz em termos de Igreja nos últimos tempos, neste caso também o ponto de referência é o Concílio Vaticano II. A partir deste acontecimento bastante recente em termos históricos, a Igreja que antes se apoiava com todo o seu peso sobre os sacerdotes, passa a ser uma Igreja cujo acento é colocado no conjunto dos cristãos (2). Trata-se, então, de uma concepção de Igreja que antepõe a realidade comum de todos os batizados que formam o povo de Deus à realidade específica dos ministros ordenados, instituídos para o serviço desse povo.

Isso traz importantes conseqüências para a definição do **LEIGO** que buscávamos acima. Pois, se até esse momento, a palavra **leigo** se definia, quando não pelo pejorativo (leigo no assunto = aquele que não tem conhecimentos suficientes sobre o assunto), pelo negativo, isto é, por aquilo que **não era** (não era padre, não era religioso ou religiosa, não era consagrado, não tinha "vocação" — entendendo-se, evidentemente, vocação apenas como chamado à vida religiosa ou sacerdotal), aqui, pelo contrário, a definição de leigo deve encontrar suas raízes no mais profundo da identidade cristã, que é o sacramento do Batismo. Leigo é todo cristão batizado que, junto com os outros batizados, forma o povo de Deus. A realidade de povo de Deus emerge como instância primeira e a organização dos diferentes ministérios e

funções, então, como segunda, derivada e a serviço da primeira, e não anterior e com precedência a esta. É o leigo, então, não um mero receptor e consumidor de valores ecle-siológicos, mas um criador dos mesmos, mediante a ação do Espírito do Senhor (3).

A partir desta constatação básica, deve-se, então, considerar a realidade de "leigo" dentro da Igreja, não como uma categoria à parte. Menos ainda como um conjunto anônimo de pessoas que, sem rosto nem função específica a desempenhar, contenta-se, passivamente, em receber os bens simbólicos das mãos da hierarquia, sem participar minimamente em sua produção. O dado ecle-siológico fundamental é a comunidade dos fiéis — **batizados** — que congregam a Igreja. A hierarquia já encontra esta realidade anterior a ela, nela se encontra e dela está a serviço (4).

Dentro desta concepção, portanto, o serviço específico prestado pela hierarquia é um entre muitos outros que formam o tecido da vida da Igreja. O ministério sacerdotal, isolado, sem ser complementado e enriquecido pelos outros ministérios, se empobrece. Hoje, como sempre, mas sem dúvida mais que antes (5). E a reflexão pós-conciliar deixa isso cada vez mais claro. Este fato leva a que muitos serviços antes adscritos apenas aos sacerdotes e religiosos, dentro de um modelo de Igreja clericalista, sejam hoje, sempre mais assumidos pelos diversos segmentos do povo de Deus. Assim, não é mais necessário ser religioso (portanto celibatário) para ir para o estrangeiro participar do processo de

evangelização dos mais pobres "em nome do Evangelho"; nem tampouco se torna imprescindível ser monge para, em comunidade, levar uma vida de ascese e oração. Serviços como esses não são mais definidos da vida sacerdotal e religiosa. Para compreendê-los em sua essência, é preciso voltar os olhos para o lugar onde eles mergulham suas raízes, lugar onde nasceram e de onde emergiram: o próprio coração da vocação batismal (6).

O mesmo se pode dizer, então, do ministério da Teologia. Se esta foi, durante muito tempo, aprendida, ensinada e produzida exclusivamente pelos padres e religiosos, não quer isso dizer que tal conotação pertença ao fundamental de sua identidade. O serviço da reflexão sobre a fé e da sua transmissão, como a maioria dos outros ministérios dentro da Igreja, surge e se desenvolve a partir do Batismo e da pertença à comunidade de fé que é a Igreja.

Em nosso trabalho, portanto, parece-nos inapropriado e curto o uso do termo "teólogo leigo". Não só porque pode carregar no seu bojo um germe de contraposição de teologias ("teologia religiosa" versus "teologia leiga"), com toda a carga de discriminação e falsa qualificação que isso implica, como também porque pode dar a falsa impressão de que se trata de uma novidade, recém descoberta, e ainda em busca de seu direito de cidadania no universo eclesial. Ora, o que pretendemos tentar mostrar a seguir é que o serviço da inteligência da fé, na reflexão sistemática e na transmissão didática da mesma, através de um discurso rigoroso e comunicável aos homens de

cada época, é necessidade vital da Igreja desde a sua fundação. E seu exercício, embora tenha se concentrado, durante algumas fases da história, na área do ministério ordenado, é na verdade uma vocação e um carisma que pode ser suscitado pelo Espírito em qualquer cristão batizado.

Não existe, portanto, o “teólogo sacerdote ou religioso” de um lado, e o “teólogo leigo” de outro. Existe o ministério da Teologia, o serviço a ser prestado ao povo de Deus que espera e deseja caminhar na inteligência de sua fé. Serviço que pode ser preenchido por qualquer batizado que a isso seja chamado e para isto adquira competência através de formação apropriada. Essa afirmação encontra sua fundamentação na própria Palavra de Deus, como procuraremos ver a seguir.

“Todos ensinados por Deus” (Jo 6,45)

Desde o princípio, a comunidade cristã desenvolveu e fez acontecer o seu seio as formas de serviço do Evangelho destinadas a torná-la fiel a sua vocação e sua missão (7). No NT vê-se, então, que o próprio Espírito “distribui seus dons” (Heb 2,4; 1 Cor 12,11) e sugere que estes sejam postos por quem os recebe a serviço da comunidade, estando sempre sujeito, evidentemente, ao discernimento e confirmação desta. Esses serviços suscitados pelo Espírito e incorporados pela comunidade são vários: alguns concernem o anúncio missionário do Evangelho, outros a coordenação e animação da comunidade. Outros, ainda, dizem respeito à fidelidade à palavra da fé. É

importante constatar que no NT fica bem claro que muitos desses serviços do Evangelho não entram na categoria do que hoje chamamos ministérios ordenados como derivação e continuidade do mandato apostólico, enquanto tal, podendo ser exercidos por qualquer cristão batizado, tendo como única condição a recepção do dom do Espírito Santo e a confirmação da comunidade.

No caso que aqui, particularmente, nos interessa: o ministério ou serviço da fidelidade à palavra de fé — que implica no seu correto conhecimento, entendimento, reflexão e transmissão (o que posteriormente foi chamado de Teologia) — deve-se sublinhar a importância que os textos do NT concedem aos profetas e doutores (At 11,27; 13,1; 15,32) em Jerusalém como em Antioquia. O serviço destes profetas e doutores é mencionado e enumerado como diferente do serviço dos apóstolos (cf. Ef 4,11; 1 Cor 12,28-31), tendo como único fundamento o mesmo Espírito que distribui seus dons a todos segundo lhe apraz e segundo as necessidades das comunidades (1 Cor 12,4-11; 14,1-19; Rom 12,6-8). Esses serviços surgem, então, normalmente, (embora não exclusivamente) no seio daquilo que hoje chamamos laicato. É assim que, nas primeiras gerações cristãs, encontramos, por exemplo, suscitado pelo Espírito do Senhor, Apolo, que havia sido instruído na fé pelo casal Priscila e Áquila (At 18,26) e que, em Acaia, “foi por efeito da graça, de grande utilidade aos fiéis, porque refutava vigorosamente os judeus em público, demonstrando pelas Escrituras que Jesus é o Cristo.” Há ainda o caso de Filipe, o Evangelista,

(At 21,8) cujo ministério é diferente do dos pastores e dos apóstolos (embora preceda os primeiros na lista de Ef 4,11) e cujas filhas profetizam (At 21,9) e que explica ao eunuco a Boa Nova de Jesus e depois “anunciava a Boa Nova em todas as cidades que atravessava”. Há outros, ainda, que são doutores (At 13,1; 1 Cor 12,28; Ef 4,11; Heb 5,12). Seu carisma próprio é assegurar aos irmãos a didaskalia, ou seja, o ensino moral e doutrinal, normalmente fundado na Escritura. E deles se diz que são “estabelecidos por Deus” (1 Cor 12,28) como os apóstolos e profetas. Seu ministério é um serviço de inteligência da Palavra, na fidelidade ao testemunho apostólico.

Outros ministérios aparecem também nos textos neo-testamentários (contato com outras Igrejas, socorro aos pobres, serviço das mesas, hospitalidade, etc.). No entanto, os que nos interessam são os acima mencionados, uma vez que estão em conexão mais direta com o que aqui nos preocupa: o que hoje chamamos o ministério da Teologia, ou seja, todo ministério diretamente vinculado com a inteligência e a transmissão da fé.

A Igreja dos primeiros anos vive, então, deste conjunto de serviços interrelacionados, que encontram sua origem no dom do Espírito e num reconhecimento da comunidade, e não num mandato apostólico oficial. O mesmo Espírito que suscita o carisma, também concede a competência necessária e faz nascer o desejo ardente nos homens e mulheres batizados que devem exercer determinado ministério a serviço da comunidade. As responsabilidades, então, se exercem numa comunhão que, ao mesmo

tempo que respeita os carismas pessoais, está aberta ao imprevisto do Espírito que sopra onde quer e não diz de onde vem nem para onde vai (Jo 3,8).

No final do período apostólico, as comunidades cristãs têm uma fisionomia característica quanto aos ministérios: por um lado, os três ministérios ordenados (bispos, presbíteros e diáconos) cuja função é garantir institucionalmente o vínculo com a sucessão apostólica; por outro lado, todas as outras formas de serviço do Evangelho, suscitadas pelo Espírito segundo as épocas e as necessidades das Igrejas. Mais móveis, variando segundo as necessidades dos tempos e lugares, flexíveis diante dos contextos e situações, são esses ministérios que permitirão à Igreja adaptar-se às diferentes épocas e às novas exigências, encarnando-se sempre de novo na carne da humanidade. Serviços que aliam a mobilidade a uma certa estabilidade, que afetam a própria missão da Igreja e que são publicamente conhecidos e reconhecidos (8), esses ministérios vão evoluir, porém, depois dos tempos pós-apostólicos, de maneira tal que serão absorvidos pelos ministérios ordenados.

O ministério da Teologia não escapou a esse risco. Enquanto o NT evitava aplicar o vocabulário sacerdotal aos ministros do Evangelho, frisando ser Jesus Cristo o único sacerdote e mediador (cf. carta aos Hebreus), o fim do século II verá o reaparecimento do vocabulário sacerdotal no contexto cristão (9). Com a supervalorização do culto na vida da Igreja e da Eucaristia dentro do conjunto dos sacramentos, todas as

funções eclesiais se concentraram nas mãos do padre, que era o homem do culto e aquele que tinha poder em relação à celebração da Eucaristia. Passam a ser considerados ministérios apenas os serviços que empenham um poder hierárquico ligado à apostolicidade (10). É a Teologia, mais e mais, vai deixando de ser um ministério em si mesma, para se constituir numa reflexão feita exclusivamente nos "espaços sagrados" (conventos, mosteiros, seminários), por aqueles que se ocupam das coisas espirituais (padres e religiosos). Feita por clérigos, para clérigos, a reflexão teológica vai permanecer, durante um longo período da História da Igreja, compreendida em função da Hierarquia, que concentra em sua área de influência tudo o que seja ministério e serviço.

Após o Concílio, no entanto, em nosso século, abriram-se novos caminhos para o futuro da Teologia. A volta às fontes bíblicas e patrísticas, uma nova compreensão de Igreja como povo de Deus e como comunhão, e a tomada de consciência dos leigos de sua parte de responsabilidade dentro da vida da Igreja permite vislumbrar novas luzes para a própria identidade da Teologia, que volta a se compreender como aquilo que foi na sua origem: um serviço de inteligência e fidelidade à Palavra da fé, que para ser realizado tem como único requisito o sacramento do Batismo.

A universalidade dos fiéis que não pode falhar em sua fé (LG 12)

A concepção de Igreja do Vaticano II é uma concepção que antepõe a realidade comum de todos os batizados que formam o povo de

Deus à realidade específica dos ministros, instituídos para o serviço desse povo. Assim, o binômio **sacerdote-leigo**, que se foi tornando a tônica da Igreja, da Idade Média até o nosso século, tende a ser substituído pelo binômio **comunidade-ministérios** (11).

Abrem-se, então, para o leigo, perspectivas novas de apostolado e trabalho pastoral. Novas, mas, que, na realidade, são as mais antigas, porque representam uma volta às fontes, num esforço de superação de séculos de clericalismo em direção às sadias e revigorantes fontes da experiência eclesial neo-testamentária.

É assim que o número 33 da Constituição *Lumen Gentium*, após enfatizar o papel insubstituível dos leigos na realidade e estruturas temporais, "naqueles lugares e condições de vida onde ela (a Igreja) não pode ser sal da terra senão através deles", acrescenta a possibilidade de se sentirem esses mesmos leigos chamados a outra missão, numa cooperação mais imediata com o apostolado da Hierarquia, "como aqueles homens e mulheres que ajudavam o apóstolo Paulo no Evangelho, trabalhando muito no Senhor (cf Fil 4,3; Rom 16,3ss)".

Esta referência claríssima do Concílio à colaboração de leigos entre os primeiros cristãos com esse que, além de apóstolo, foi um grande teólogo, — Paulo de Tarso — já seria um bom indício para enfatizar a importância e a necessidade da participação dos leigos no ministério teológico. No entanto, outros textos, podem ajudar-nos. O número 10 do Decreto "Apostolicam Actuositatem" reconhece, entre outros serviços a

serem desempenhados pelos leigos, a “cooperação na comunicação da Palavra de Deus” referindo-se sobretudo à instrução catequética. E mais adiante, no número 29, ao tratar a formação adequada dos leigos para os diferentes tipos de apostolado, acrescenta que, “além da formação espiritual, se requer uma sólida instrução doutrinal, **inclusive teológica** (12), ético-social, filosófica, segundo a diversidade de idade, de condição e de talento.”

É na “*Evangelii Nuntiandi*”, no entanto, que encontramos de maneira mais precisa e integrada a visão que reconhece e referenda a importância da presença do leigo não só nas realidades chamadas “temporais”, mas também no exercício, em íntima colaboração com os Pastores, dos vários “ministérios muito diversificados, segundo a graça e os carismas que o Senhor houver por bem depositar neles”. A esses ministérios não ordenados a Igreja — por meio do grande papa Paulo VI — encoraja e reconhece, remontando para isso às origens mesmas, da fé “fontes sempre inspiradoras”, complementadas pela atenção e adaptação às “exigências e necessidades atuais”. Ao elencar exemplos de alguns desses ministérios, Paulo VI cita “os cristãos devotados ao serviço da Palavra de Deus” acrescentando mais adiante que, se para todos os obreiros da evangelização é necessária uma preparação séria, esta é necessária “de modo muito particular para aqueles que se dedicam ao ministério da Palavra” (13). E no capítulo final, ao número 78, ao se referir ao Evangelho como Palavra da Verdade, exorta: “Quer sejais doutores, teólogos, exegetas ou histo-

riadores, a obra da evangelização precisa de todos vós, do vosso labor infatigável de pesquisa e também da vossa atenção e delicadeza na transmissão da verdade, da qual os vossos estudos vos aproximam, mas que permanece sempre maior do que o coração do homem, porque é a mesma verdade de Deus.”

A menção dos ministros da reflexão teológica — que outra coisa não são senão cristãos a serviço da Palavra, por meio do instrumental científico, da reflexão sistemática e da exegese bíblica — onde não é feita nenhuma ressalva ou adendo que restrinja esse campo de trabalho ao ministério ordenado, parece-nos ser o toque decisivo do reconhecimento de que a Teologia é um ministério para o qual qualquer batizado pode sentir-se chamado pelo Espírito Santo.

Leigos, religiosos ou clérigos, os teólogos de hoje vão encontrando na Igreja sua identidade e seu direito de cidadania, respondendo com prontidão e crescente generosidade aos apelos do Espírito. Entre os leigos, há alguns que, diretamente, sentem a vocação teológica mordê-los ainda na primeira juventude. E, entre os mais maduros, enquanto uns buscam na formação teológica um aprofundamento maior que enriqueça sua vivência de fé ou lance novas luzes sobre sua profissão e seu campo específico de ação pastoral, outros há que, abandonando carreira e formação inicial, passam a dedicar-se, em tempo integral, a esta “*diakonia*” do trabalho teológico.

O serviço da comunidade eclesial pelo trabalho teológico em tempo integral aparece, cada vez mais, como

um dos ministérios não ordenados que permitirão à Igreja encarar com serenidade o futuro (14). Por toda parte assiste-se, no mundo cristão, a um reavivamento de inúmeras formas de expressão "religiosa", de retorno à piedade e à oração. E, se por um lado, esses movimentos podem realmente ser um sinal extremamente positivo da espiritualidade que volta a ganhar o lugar que lhe corresponde numa Igreja sacudida por um processo crescente de secularização, por outro lado a disseminação do fervor carismático pode vir acompanhado de perigosos sintomas, tais como: fundamentalismo que renasce, unilateralidade na apresentação do mistério de Cristo, entre outros. Nesse momento, o papel do ministério da Teologia, enquanto ministério não ordenado, aparece com crescente importância nas tarefas da educação da fé. Pois, se no mundo de hoje, uma necessidade profunda de religião emerge por todos os lados, isso não significa necessariamente que coincida com uma igualmente profunda e forte emergência de fé.

Impõe-se, num contexto mundial onde a fé se encontra muitas vezes enfraquecida, de uma parte pelo desgaste de uma ameaça de volta a um fideísmo fundamentalista, e, por outra parte, por releituras ideológicas diversas e redutoras, uma apresentação ao mesmo tempo inteligível e inteligente, fiel antes de mais nada, da Palavra de Deus. A esta urgência, os ministros ordenados, reduzidos quantitativamente e sobrecarregados pelos encargos da comunidade cristã, não têm possibilidade de atender como seria de desejar. Não será isto um indício de que justamente não é este

um terreno ao qual somente eles (ou principalmente eles) devem atender? Hoje — como sempre — qualquer ministério só pode desabrochar plenamente em consonância harmônica com outros ministérios ao serviço do mesmo Evangelho. E isso nos leva a crer que, diante da situação acima descrita, "o número crescente de estudantes que freqüentam os institutos de Teologia com um objetivo outro que não a ordenação ao presbiterado é indício de uma vontade do Espírito que se exprime pelo "sensus fidelium" (15).

A tarefa da "didaskalia" — no sentido mais denso do termo — é uma urgência do mundo e da Igreja de hoje. E, segundo a sua história, ela não está ligada à ordenação ou ao pronunciamento dos votos religiosos, mas simplesmente a um sólido conhecimento das coisas da fé, à comunhão com aqueles que recebem o múnus da "episkopé", ao reconhecimento da comunidade, à atenção às necessidades atuais da Igreja e à coerência de vida com a fé professada. Será, assim, a Teologia realizada por leigos, não uma tarefa de suplência, preenchendo uma lacuna deixada pelo padre, ou de delegação, de compensação, enfim, pela hipotética "frustração" do leigo de não ter acesso ao ministério hierárquico. Mas um múnus exercido com a total seriedade de quem se sabe chamado pelo Espírito Santo a exercer uma missão dentro da Igreja que contribui, pela sua originalidade própria, para o enriquecimento e a edificação do Corpo de Cristo.

O teólogo é, pois — seja ele religioso, leigo ou presbítero — chamado a realizar sua vocação na Igre-

ja, hoje, na fidelidade às fontes da fé e na vigilante e humilde atenção aos chamados "sinais dos tempos" (16). Assim, sua Teologia, embora reflexão e linguagem segundas sobre a mesma fé, no mesmo Deus e Pai, no mesmo Senhor, no mesmo Espírito, adquirirá contornos específicos e diferentes, segundo a sua ótica de abordagem, o lugar desde onde reflete e crê, a própria experiência de vida que tem. Assim é que, hoje, na Igreja da América Latina, o trabalho do teólogo passa a ter as características próprias à reflexão de uma Igreja que centrou a explicitação de sua fé sobre o eixo da opção pelos pobres e cujo florescimento das CEBs acarretou uma fértil e promissora proliferação dos ministérios não ordenados.

O ministério do teólogo na Igreja dos pobres

As conferências de Medellín e Puebla, com seus respectivos documentos de conclusões, representaram, para a América Latina de hoje, uma importante mudança na forma de se compreender a Igreja e, dentro dela, as diferentes formas de serviço e os diversos ministérios, entre eles o do teólogo. Procuraremos, aqui, lançar um rápido olhar ao documento de Puebla, que é o mais próximo de nós, cronologicamente.

Com seu lema "Comunhão e participação", a Conferência de Puebla, seguindo os passos de Medellín, propõe algumas linhas que não podem ser apenas "princípios doutrinários" teóricos, mas um programa de ação e transformação, que seja "resposta aos sofrimentos e aspirações de nossos povos, cheios de esperança

que não pode ser defraudada" (P 1308).

Neste modelo, toda a Igreja é compreendida como realidade ministerial e toda a comunidade eclesial deve, na esteira da sucessão apostólica, responder com o melhor da sua vida e suas forças, ao mandato de fazer discípulos todas as gentes, ensinar, proclamar e evangelizar (P 563, 564, 565 e 993) (16). No entanto, ao mencionar as várias tarefas evangelizadoras, entre elas as dos leigos, o documento, ao se referir a eles (P 777-849) emprega uma terminologia ("ministérios sem ordem sagrada", "ministérios que podem confiar-se a leigos") que deixa entrever um certo descompasso com respeito à própria práxis ministerial que já existe e se faz realidade no continente.

A Igreja da América Latina caminha para auto-compreender-se, cada vez mais, como uma Igreja dos pobres (18), numa explicitação própria até mesmo dos modelos eclesiológicos mais recentes de Igreja-Povo de Deus (Vat. II) e Igreja-Comunhão (Puebla). Ser uma Igreja dos pobres significa que os pobres são o centro da Igreja, ou seja, que eles estão presentes a tudo que legitimamente constitui o concreto da Igreja (19). Reconhecer a Igreja dos pobres como a verdadeira forma de ser Igreja equivale a "reconhecer que o Espírito está nessa Igreja e ser possibilitado pelo próprio Espírito para captá-lo assim" (20).

A Igreja dos pobres que surge hoje na América Latina pelo Espírito de Deus é, então, uma Igreja onde os pobres entraram de verdade, não só como sujeitos passivos, mas como su-

jeitos ativos, com sua miséria, fé e esperança; onde os pobres são a mediação concreta, histórica, do grito de Paulo: "A caridade de Cristo nos urge" (2 Cor 5,14); onde Deus é um Deus sempre maior, mas também menor, encarnado privilegiadamente nos mais pobres, carentes e marginalizados, chamando a todos através destes que são seus predilectos; onde o anúncio da Boa Nova aos pobres acontece estreitamente vinculado à denúncia das condições opressivas e injustas sob as quais vivem esses mesmos pobres.

A Igreja dos pobres é também — e aqui está o ponto que diretamente nos interessa — uma Igreja que está desenvolvendo, hoje, sua própria reflexão, conhecida como Teologia da Libertação, portadora de uma originalidade até então desconhecida que, entre percalços e dificuldades várias, vai procurando configurar a Igreja da América Latina com uma fisionomia própria (não significando própria aqui separada, mas diferente). Não poderíamos, sem falsear a verdade, afirmar que a Teologia da Libertação é a única forma de fazer Teologia que vigora hoje em nosso continente. Nem ignorar as severas críticas e as enormes dificuldades que tem suscitado em certos setores da Igreja. Há que reconhecer, no entanto, que ultimamente, essa reflexão teológica que procura enraizar seu método no próprio coração da realidade desfigurada e sofrida do povo que clama e anseia por libertação vem se destacando, não como a única forma de fazer Teologia, mas pelo menos como uma forma extremamente importante de dizer uma palavra específica — a palavra da fé que busca sua inteligência — no processo

de luta pela libertação que urge e engaja nesse momento histórico todo o continente.

Muito criticada tem sido a Teologia latino-americana feita na perspectiva de Libertação por pretender elaborar seu pensamento e seu discurso a partir de um lugar e um tempo determinados. Isso seria — segundo alguns — um recorte e uma redução na universalidade que deve marcar todo discurso teológico.

Ora, o que sustenta a Teologia da Libertação é que neste caso, como aliás em qualquer caso, "o que haja de totalidade numa experiência sempre terá que passar por algo concreto dentro dela" (21). A opção pelos pobres que a Igreja da América Latina fez em Puebla e que a Teologia tenta refletir não é um capricho. É uma opção que a faz debruçar-se sobre a realidade ameaçada e desfigurada dos pobres, — uma realidade produto do pecado —, e colocá-la em confronto com a Palavra de Deus que a julga, com vistas à transformação da mesma realidade.

Nessa tarefa que lhe é suscitada pelo Espírito, nessa vocação a ser assumida no seio da Igreja, com vistas à edificação do Corpo e ao anúncio do Reino, o teólogo, embora permanecendo firmemente ancorado na fidelidade às fontes vivas da Palavra de Deus, na Sagrada Escritura e na Tradição, é levado a tratar com realidades que durante longo tempo, foram exiladas do universo da reflexão teológica.

Uma delas é o próprio processo de luta pela libertação que congrega as forças de tantos homens e mulheres do continente. Nessa luta, o teólogo

vai encontrar-se e perceber-se lado a lado com militantes de vários tipos e procedências, cujas motivações de engajamento nem sempre são as da fé cristã, mas cuja sinceridade e honestidade de propósitos muitas vezes são ocasião de estímulo, enriquecimento e edificação (22). E é aí que ao teólogo é pedido um serviço radicalmente dedicado e um testemunho claro e corajoso. Ao mesmo tempo em que compreende sua vocação no sentido de uma palavra diferente e específica a ser dita na contribuição para que o povo mesmo encontre seu caminho para a libertação desejada sem nunca substituir-se e antecipar-se ao próprio povo, é consciente que esta palavra tem que ser, mais claramente do que nunca, a palavra da fé. Num contexto de luta pela libertação, onde a Teologia deve mover-se em meio a ideologias várias, das mais diferentes tinturas, a questão fundamental não é a da caridade e da generosidade, mas a da fé. Para o leigo que é chamado a exercer esse belo e difícil ministério, hoje, na Igreja latino-americana, esta exigência assume contornos especiais, uma vez que o fato de não carregar em si a marca do ministério ordenado, num contexto muitas vezes bastante anti-clerical, lhe facilitará talvez o diálogo com os outros agentes populares não-cristãos. Aliar a abertura fraterna e respeitosa das convicções alheias com o específico e o próprio do seu ministério de teólogo será certamente seu desafio e provavelmente sua cruz. E é certamente com grande alegria e esperança que se percebe, hoje, em diversos pontos do continente, o surgimento de numerosas vocações leigas para a Teologia. Vocações estas que estão, por sua vez, possibilitando

o surgimento de centros e institutos de formação teológica cuja finalidade exclusiva e primordial não é mais a formação sacerdotal e a expedição de graus acadêmicos. A revisão a fundo dos currículos acadêmicos, "para que possam responder à formação de um corpo ministerial eclesial diversificado; integrados aos processos históricos e sociais de nossos países; que dêem lugar a uma simbolização e interpretação pessoal e própria não só de nossos estudantes, como também dos grupos humanos diferenciados; direcionados sem rodeios para os ideais da comunhão e da participação que são hoje o grande sinal dos tempos da humanidade e da Igreja" (23) são algumas das características mais evidentes destes centros de formação teológica que começam a aparecer no continente.

A segunda realidade com que o teólogo latino-americano é chamado a se defrontar, hoje, no exercício de seu ministério, é a da religiosidade popular. Sinal de indubitável esperança, com toda a sua densidade simbólica e riqueza de expressões, pode a religiosidade popular ser um precioso manancial de inspiração para o trabalho teológico, assim também como uma instância crítica, onde o discurso da Teologia é questionado quanto ao seu grau de comunicabilidade e à veracidade de sua busca. No entanto, o diálogo da Teologia com a religiosidade popular tem seus percalços. Muitas práticas, concepções e devoções desconcertantes virão questionar a desejada homogeneidade das formulações da ortodoxia. A tentação, aí, para o teólogo, seria exercer um papel de juiz, que pretende saber o que está certo ou

não na expressão de fé do povo, e arvorar-se em separar joio de trigo. Porém, se, renunciando a toda vontade de poder e manipulação, ele se puser à escuta do povo do qual forma parte e a serviço do qual está, poderá constatar as dimensões insuspeitadas de gratuidade, criatividade e afetividade profundas que as manifestações religiosas populares encerram (24) e prestar esse serviço especializado para o qual foi convocado e em vista do qual se preparou.

O leigo chamado pelo Espírito Santo, na Igreja dos pobres da América Latina de hoje, a exercer o ministério da Teologia é convidado a, juntamente com seus outros companheiros de missão — padres, religiosos e todos os irmãos na fé — colocar-se dentro do movimento de conversão e de expressão religiosa de seu povo para, desde aí, refletir e elaborar uma reflexão que ajude esse mesmo povo na caminhada em direção à sua própria síntese de fé. Para isto, em algo será auxiliado pelo fato de ser leigo e exercer um ministério não ordenado, no sentido de que corre menos o risco de ser olhado pelo povo como aquele que sabe, que vem de cima para ensinar aos que nada sabem, e de quem se espera a palavra final. Esta imagem de alguém que detém o poder do saber sobre as coisas de Deus, peso que muitas vezes sobrecarrega o ministério do padre ou do religioso e da religiosa, é algo de que o leigo teólogo está mais ou menos protegido. E isso pode ser, então, para ele, um precioso estímulo para viver, no exercício do seu ministério e na sua relação com o povo, a dimensão de aprendiz sempre indispensável no exercício da didaskalia da fé.

Conclusão

A reflexão que tentamos fazer aqui neste pequeno trabalho encontra seu ponto de partida não numa hipótese, mas num fato. Na Introdução, nos perguntávamos que significado teria para a Igreja o fato de que cada vez um número maior de leigos procurasse o acesso às Faculdades e Institutos de Teologia, em busca de uma formação exigente e séria para uma vocação à qual se sentem chamados. E que significaria o fato de que muitos desses leigos, embora não aspiram à ordenação sacerdotal, desejem dedicar-se integralmente, após completarem seus estudos, à pesquisa teológica, ao ensino da Teologia e à produção de textos de Teologia?

Quando um fato como esse acontece na Igreja de maneira tão clara é hora de se perguntar se não será o Espírito mesmo que move e sopra nessa direção. É preciso, além disso, levar a sério a verdade de fé de que o sacramento do Batismo, por si só, dá a todos e a qualquer um dos cristãos o direito de exercer o múnus da inteligência e transmissão da Palavra de Deus, só para isso receber o carisma e a vocação. Não é admissível, dentro desta ótica, reservar aos clérigos um mais alto acesso à inteligência da Palavra de Deus e aos leigos apenas uma "Teologia vulgarizada", de segunda classe, por assim dizer. Sobretudo porque, muitas vezes, nas Faculdades, Institutos e Centros de Teologia, são estes últimos os alunos mais motivados e exigentes. A Teologia não é, pois, em si mesma, privilégio dos clérigos (embora assim tenha sido considerada durante muitos séculos). Ela é, isso

sim, algo que diz respeito a todo o Povo de Deus. E o fato de que a riqueza dos vários ministérios que o Espírito suscita esteja presente nas Faculdades e Institutos de Teologia é promissor para que esses mesmos estabelecimentos busquem sua verdadeira identidade e o caminho por onde direcionar as necessárias reformas em seus currículos e programas.

A presença de leigos cada vez em maior número convocados pelo Espírito para viver na Igreja de hoje o ministério da inteligência da fé ao lado dos sacerdotes e religiosos, permite esperar que a Teologia reincorpore certas dimensões mênas lembradas nos últimos tempos: a dimensão contemplativa, sem a qual não existe verdadeira Teologia; o assumir as chamadas "realidades terrestres" como matéria própria e inalienável da reflexão teológica; a compreensão do papel do teólogo co-

mo alguém que tem uma palavra diferente e própria a dizer no meio das contradições e ambigüidades do mundo da sociedade; a necessidade do diálogo interdisciplinar... e tantas outras.

Leigo, sacerdote ou religioso, o teólogo na Igreja hoje, é chamado a exercer com crescente amor o seu ministério. Consciente, por um lado, do que sua contribuição própria, desde seu lugar social e seu estado de vida, é única e tem valor irrepetível, enriquecendo e complementando a inteligência da Palavra de Deus com prismas e contribuições novas e inestimáveis. Sabendo, por outro lado, que "a teologia deve finalmente — enquanto ela é **theologia viatorum** — permanecer inacabada, porque o Kyrios somente tem uma visão total sobre a forma definitiva da Revelação, que sua Aliança com a humanidade possui de uma vez por todas" (25).

NOTAS

(1) BALTHASAR, Hans Urs von — "Nuovi Puntti Fermi", Ed. Jaca Book, Milano, 1980, pp. 185-189. (2) da COSTA BRITO, Ênio José — "O leigo cristão no mundo e na Igreja", Ed. Loyola, SP, 1980, pg. 60. (3) BOFF, Leonardo — "Eclesiogeneese", Ed. Vozes, Petrópolis, 1977, pg. 42. (4) *Ibid.* (5) VÁRIOS AUTORES — "Future Prospects and Preparation for Ministries in Catholic Institutions of Theology", Ed. Marc Caudron STD, chairman COCTI, Bogotá, 1982, pg. 143. (6) *Ibid.*, pg. 142. (7) cf. "Future Prospects..." pg. 138. (8) da COSTA BRITO, Ênio José — *op. cit.* pp. 67-68. (9) *Ibid.*, pg. 69. (10) *Ibid.*, pg. 71. (11) *Ibid.*, pg. 61. (12) O grifo é nosso. (13) "Evangelii Nuntiandi", Ed. Loyola, SP, 1976, pg. 69 acrescenta o Papa Paulo VI: "Animados pela convicção, incessantemente aprofundada, da nobreza e da riqueza da Palavra de Deus, aqueles

que têm a missão de a transmitir devem dedicar a maior atenção à dignidade, à precisão e à adaptação da sua linguagem. Todos sabem que a arte de falar se reveste hoje em dia de uma grandíssima importância. E como poderiam então os pregadores e os catequistas descurá-la? Nós auspiciamos vivamente que, em todas as Igrejas particulares, os Bispos velem pela formação adequada de todos os ministros da Palavra. Essa preparação séria fará aumentar neles a indispensável segurança, como também o entusiasmo para anunciar nos dias de hoje Jesus Cristo." (14) cf. o que diz J. M. R. Tillard em "Future Prospects..." pg. 198: "Podemos nos perguntar, então, se num futuro próximo, em várias regiões, a Igreja católica não se encontrará numa situação análoga à de certas Igrejas ortodoxas onde são os leigos que asseguram

a pesquisa teológica e ocupam as cátedras magisteriais.” (15) VÁRIOS AUTORES — op. cit. pg. 143. (16) Entendemos aqui “sinais dos tempos” na perspectiva em que o Concílio compreendeu essa categoria, ou seja, uma série de fatos e dados que apontam numa determinada direção e vão inscrevendo a vontade de Deus no curso da história. (17) Puebla faz, aí, eco ao número 59 da Evangelii Nuntiandi. (18) cf. SOBRINO, Jon — “La Iglesia de los pobres, resurrección de la verdadera Iglesia”, in “Resurrección de la verdadera Iglesia”, Ed. Sal Terrae, Santander, 1981, pp. 99-142, onde, na página 101, o Autor diz: “O Senhor continua revelando-se e mostrando-se naquele lugar onde ele disse que estava, e à Igreja foi concedido a graça de vê-lo. Nos pobres, Cristo apareceu à Igreja. E aqueles que foram testemunhas dessas aparições não puderam menos, hoje como ontem,

que configurar uma nova forma de ser Igreja.” (19) SOBRINO, Jon — op. cit. pg. 109. (20) Ibid, pg. 112. (21) cf. SOBRINO, Jon — op. cit., pp. 99-142 e 143-176. (22) cf. BETTO, Frei — “Batismo de Sangue”, Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1981, pg. 218 ss, ao descrever o diálogo de Mons. Marcelo Carvalheira com o jovem militante comunista Jeová, barbaramente torturado nas dependências do DOI-CODI. (23) VÁRIOS AUTORES — in “Future Prospects...” pg. 191. (24) cf. SCANNONE, J. C. — “Transcendencia, praxis liberadora y lenguaje”, in Panorama de la Teología latino-americana” II, Ed. Sígueme, Salamanca, 1975, pp. 113-114. Ver também BOFF, Leonardo — “Teologia à escuta do povo”, in REB 161, vol. 41, março 1981, pp. 55-118. (25) BALTHASAR, Hans Urs von — “Retour au centre”, Ed. DDB, Paris, 1971, pg. 70.

Contemplação, verdadeiro personalismo heterocêntrico

Somos **uma unidade** contida na duplicidade do animal e do anjo e dominada por forças vetoriais contrastantes. “Cada pessoa é impelida em direções opostas. Espíritos diversos atuam em nós”. A vitória do anjo é sempre possível, como fruto de constante luta interior. Toda a gama das atividades humanas constitui, portanto, **um todo indivisível**. Não se pode separar o social, o econômico, o político, o puramente religioso, a ação como pressa para solucionar a angústia do dia, a contemplação, em compartimentos estanques. Sobretudo a **Vida Religiosa**, essencialmente participante, longe de se basear numa dicotomia rigorosa entre sagrado e profano, acentua, pelo contrário, a indivisibilidade substancial dos atos humanos, tanto na vida individual como social. Nada de maniqueísmo separatista. A contemplação e o **aprofundamento em si mesmo** longe de serem situações egocentristas ou uma utopia de evasão, revelam, ao invés, verdadeiro personalismo heterocêntrico, uma efetiva sacralização da vida total naquilo que ela tem de profundamente místico e religioso e em suas conseqüências sociais. **Contemplar**, traço característico do religioso de ação que lhe dá um halo peculiar de dignidade quando ao lado de seu semelhante. **Contemplar**, uma réstea de luz no mistério interior do homem (Pe. Marcos de Lima, SDB).

RELAÇÕES ENTRE VIDA RELIGIOSA E IGREJA LOCAL À LUZ DA MISSÃO. UMA APROXIMAÇÃO TEOLÓGICA.

*A questão da unidade e do conflito na Igreja se liga
essencialmente a isto: a inserção da Igreja
no mundo onde ela é apenas
o sinal de JESUS CRISTO e o sacramento de seu Reino.*

Pe. Cleto Caliman, SDB
Belo Horizonte, MG

Abordando a questão das relações entre Vida Religiosa e Igreja Local (1) queremos tomar essas relações enquanto expressam uma permanente tensão entre ambas, visando obter mais luz sobre a natureza desse problema. Mesmo estudando essas relações num caso específico, não queremos perder de vista a problemática mais ampla da inserção dos Religiosos dentro da Igreja enquanto povo de Deus e organização de caráter universal.

Não chega a ser novidade afirmar que há tensões e conflitos entre Vida Religiosa e Igreja Local. Basta ver os documentos eclesiais que, através da história, já trataram do assunto na tentativa de regulamentá-lo. Em geral, esses documentos tratam das relações entre a autoridade religiosa e a autoridade episcopal ou

entre bispos e religiosos, dentro de um marco jurídico-institucional (2). Sem negar a importância desse marco jurídico-institucional, neste texto abordamos a questão dentro de um marco mais amplo e abrangente da eclesiologia, onde os atores de ambos os lados estão referidos à mesma realidade mais profunda do mistério da Igreja, povo de Deus.

Para melhor desempenhar essa tarefa nos propomos: 1) observar melhor as várias faces do problema; 2) definir o horizonte das atuais tensões entre Vida Religiosa e Igreja Local; 3) fazer um esboço de eclesiologia, no qual as tensões possam ser dialeticamente produtivas; 4) explicitar o modo como a Vida Religiosa pode e deve articular-se dentro dessa visão de Igreja; 5) definir as relações entre Vida Religiosa e Igreja Local

a partir da missão da Igreja no mundo conflitivo; 6) tirar algumas conclusões provisórias.

1 — As várias faces do problema

A questão que nos ocupa não é tão simples quanto parece à primeira vista. Como problema é antigo (3). Novo mesmo é o quadro histórico e eclesial dentro do qual hoje ele se verifica. É um quadro complexo. Por um lado, há situações de aguçamento de tensões, revelando um quadro mais conflitivo do que se poderia imaginar noutras épocas. Por outro lado, há situações de entendimento, de entrosamento, cada vez mais profundo, mostrando ser possível uma articulação positiva e produtiva da Vida Religiosa na Igreja Local em proveito do povo de Deus. Essas duas faces opostas do fenômeno são como um leque. Dentro dele cabem tantas outras posições intermediárias matizadas conforme as circunstâncias e, porque não dizê-lo, os humores que fluem de ambos os lados. Uma leitura das entrelinhas dos documentos normativos nos revela justamente esse quadro complexo de tensões (4).

O Governo Pastoral da Igreja queixa-se não poucas vezes do desconhecimento do princípio de direção episcopal e de suas normas pastorais da parte dos religiosos. Não faltam acusações específicas, por exemplo, "magistério paralelo" e de apoio de uma "Igreja popular" oposta à Igreja oficial, principalmente na conturbada América Central (5). Há reclamações sobre iniciativas desarticuladas da pastoral de conjunto, sobre a política de fatos consumados e outras coisas mais.

Do ponto de vista do Governo Pastoral da Igreja essa não é, porém, toda a verdade. Não faltam indicadores que percorrem o caminho inverso do entendimento, do diálogo e da articulação de novas práticas na Igreja. Houve mudanças na organização da Igreja que possibilitam maior participação do povo de Deus em sua missão e aos religiosos a descoberta de novas tarefas condizentes com seu carisma específico. O despertar do espírito profético nas Igrejas Locais, de seus bispos, criou novas estruturas de expressão para o povo de Deus e para a Vida Religiosa.

Por sua vez, os que observamos o fenômeno do ponto de vista da Vida Religiosa, encontramos uma série de queixas — não vem ao caso aqui se com ou sem razão — sobre intromissões de bispos na Vida Religiosa ou, no mais das vezes, de apropriação da Vida Religiosa apenas como força pastoral de suplência, pela falta de outros agentes de pastoral qualificados, com o perigo de absorvê-la para dentro do ministério sacerdotal específico. Por isso mesmo reclama-se freqüentemente que há bispos que desconhecem na prática o papel específico da Vida Religiosa. Conseqüentemente falta um projeto pastoral no qual os religiosos tenham seu lugar específico. Isso tudo pode ser verdade. Mas também é verdade que, por ironia, os religiosos têm revelado uma tendência de aceitar os papéis que lhe são atribuídos e até mesmo de reivindicá-los como próprios, sem muito espírito crítico e numa visão pouco eclesial de sua vocação, mesmo que não correspondam à sua missão específica na Igreja (6).

Se essas são algumas das queixas da Vida Religiosa, talvez nem sejam as mais importantes, há todo um conjunto de mudanças na prática da Vida Religiosa que renovam sua inserção na vida do povo de Deus e na Igreja Local. Descobrem, desta forma, os religiosos novos caminhos e novos papéis dentro de uma Igreja que renova sua opção evangélica pelos pobres. Amplia-se, pois, o espaço histórico do entendimento, do diálogo franco e da articulação positiva e produtiva da Vida Religiosa nas novas práticas da Igreja no mundo dos pobres.

Como podemos ver, o leque das tensões é muito diferenciado. Há para todos os gostos. Mas aqui vem uma pergunta: donde vem essa diferença de resultados? como se explica? Poder-se-ia dizer que a diferença vem do fato de serem a Vida Religiosa e a Igreja Local dois pólos geradores de práticas específicas na Igreja. Mas então como explicar que às vezes coincidem em sua busca e noutras vezes divergem? Cremos que para uma explicação mais coerente da atual safra de tensões e conflitos teríamos que retroceder a um nível mais profundo da vida da Igreja dentro do mundo de hoje, lá onde se produzem as condições sócio-culturais da diferença. Na verdade, "o lugar real da divergência são as práticas" e as práticas têm um "lugar social" historicamente delimitado pelas relações sociais existentes. Elas mesmas reproduzem, de um modo ou de outro, essas relações sociais existentes ou se rebelam contra elas (7). O consenso e o dissenso, o acordo e o desacordo se produzem diante das práticas históricas concretas da Igreja no mundo conflitivo de hoje. Esse

fenômeno percorre a Igreja de cima até embaixo e divide, na prática, o corpo eclesial. Em outros termos: o que divide (e une por sua vez) a Igreja hoje não são conflitos localizados entre hierarquia e fiéis ou hierarquia e Vida Religiosa. É a diferença na avaliação da realidade e a missão da Igreja dentro dela. Essa diferença passa por todos os grupos em questão formando correntes internas na Igreja (8).

Bem ou mal, a Vida Religiosa e sua dimensão apostólica se concretizam necessariamente nas Igrejas Locais, a cuja frente se encontram os bispos. Sob sua "autoridade vigilante e protetora" (9) os religiosos devem viver sua "relação de comunidade vital e o compromisso eclesial evangelizador" (10). Em vista disso é preciso conhecer melhor o horizonte das atuais tensões entre Vida Religiosa e Igreja Local.

2 — O horizonte das atuais tensões na Igreja

A atual safra de tensões e conflitos entre Vida Religiosa e Igreja Local tem seu horizonte próprio no processo de mudança por que passam tanto a Igreja quanto a sociedade. É praticamente um problema da auto-compreensão da Igreja e de sua relação com o mundo. Vamos vê-lo a partir da Igreja enquanto é uma instituição social que muda. Os marcos oficiais de tal mudança estão colocados no Concílio Vaticano II para toda a Igreja e nos documentos maiores de Medellín e Puebla para a Igreja da América Latina. Isso significa que, ao menos num nível teórico, a instituição eclesial assumiu o processo de mudança. Mas ainda não

é tudo, uma vez que, no nível da prática, se observa no horizonte, a olho nu, o refluxo de tendências conservadoras. Elas podem causar alguns "acidentes de percurso" que poderiam retardar ou até mesmo inverter o processo de mudança atual da Igreja. De qualquer forma, esperamos que o quadro que traçamos indique realmente a tendência dominante neste momento histórico. Vejamos:

a) Houve mudanças importantes na autocompreensão da Igreja: de uma Igreja compreendida como hierarquia para uma Igreja compreendida como povo de Deus, toda ela ministerial, a serviço do Reino. Já se foi o tempo em que se imaginava a Igreja como um bloco homogêneo, uniforme e monolítico, lugar exclusivo da salvação, contra o mundo, lugar do conflito e da perdição, onde as forças do mal querem irromper de forma avassaladora sobre a Igreja. A Igreja seria então o lugar da ordem, da harmonia. Esta ordem é garantida, primeiro, dentro da hierarquia, pela hegemonia incontrastável do papa sobre os bispos; segundo, na relação entre hierarquia e fiéis, pela apropriação monopolizadora da Palavra de Deus e dos Sacramentos por parte do clero; terceiro no plano da ação, por uma organização clerical da pastoral (11).

Esses três pontos sofreram um abalo no Vaticano II. A doutrina da colegialidade e o desenvolvimento da teologia do episcopado e da Igreja particular (12) expressam mais do que um desejo, a tendência histórica de superar o centralismo tradicional por uma distribuição mais equânime do poder na Igreja. A doutrina da Igreja, povo de Deus (13) vem

romper o monopólio clerical dos carismas e dos ministérios na Igreja. Abriu-se a perspectiva de realizar historicamente uma Igreja mais participativa, de partilha, de mútuos serviços na fé, de solidariedade e comunhão em todos os níveis. Por fim, torna-se possível, na prática, responsabilizar todo o povo de Deus pela missão, antes privilégio clerical sob estrito controle. É a visão de uma Igreja toda ela ministerial.

No que toca aos religiosos especificamente pode-se dizer que se rompeu aquele quadro pastoral bem definido dentro do qual sua ação apostólica tinha uma funcionalidade evidente. Enquanto o clero diocesano cuidava da pastoral "normal" e oficial da Igreja, os religiosos devidamente clericalizados cuidavam das "instituições cristãs", num esquema paralelo de pastoral (14). A nova compreensão da Igreja possibilita uma articulação mais frutífera dos carismas do povo de Deus.

b) Houve mudança na relação da Igreja com o mundo: de uma posição de confrontação para uma posição de diálogo. Passou-se de uma compreensão de Igreja separada do mundo para uma Igreja dentro do mundo de hoje, onde ela deve realizar sua missão evangelizadora. É o resultado de uma avaliação mais otimista das conquistas do homem moderno nas áreas do saber científico, da organização econômica e política, e da atividade cultural. Na prática, o reconhecimento da autonomia das realidades seculares possibilitou considerar o mundo como um interlocutor válido para um diálogo histórico. A Igreja começa a aceitar o pluralismo não só na sociedade mas

também dentro dela. O pluralismo, no entanto, possibilitou a convivência, dentro do mesmo espaço eclesial, de divergências que não se degladiam entre si nem se absorvem, mas simplesmente percorrem caminhos paralelos. Na prática, o reconhecimento de um interlocutor quer para o diálogo da Igreja com o mundo quer para o diálogo interno na Igreja não conseguiu produzir uma real conversão. Permite a cada um dos interlocutores permanecer no seu lugar. Mesmo reconhecendo que passar “do anátema ao diálogo” (Garaudy) já constitui um bom passo para superar a posição tradicional da Igreja frente ao mundo, não se pode deixar de observar que a bandeira do pluralismo serviu, muitas vezes, para velar posições e critérios particulares de pessoas ou de grupos dentro da Igreja. Mais do que revelar, esconde o conflito do mundo. Não nos fala nada da realidade do conflito social, da desigualdade, da injustiça contra os pobres. Era preciso dar mais um passo.

c) Houve mudança na visão da sociedade de hoje. Passamos de uma visão genérica e funcionalista — cada pessoa ou grupo social tem um papel a desempenhar, uma função, dentro de um padrão de normalidade — para uma visão analítica e crítica da realidade social. Hoje estamos aprendendo como cristãos a fazer uma leitura da realidade social não mais com os olhos medievais do poder hegemônico da Igreja, nem mesmo com os olhos da classe burguesa dominante, mas com os olhos dos destinatários preferidos do Evangelho, os pobres. Descobertas as regras do jogo da sociedade conflitiva, percebemos também que a Igreja

ja não é “zona franca” de conflitos como se supunha. Eles apenas ficavam latentes ou eram desconhecidos. Agora o conflito da sociedade torna-se explícito também dentro da Igreja pelo reconhecimento pleno da historicidade da organização eclesial. A divergência torna-se patente quando se quer definir como a Igreja deve agir dentro da sociedade conflitiva, como deve realizar sua missão.

Posta a questão nestes termos, fica evidente que não basta interpretar a tensão e o conflito na Igreja pelo seu lado espúrio, pecaminoso ou doentio. Esta é certamente uma faceta do problema. Introdz-se no tecido eclesial quando a raiz evangélica dos serviços se mistura com a ambição pessoal, com o egoísmo e a vontade de poder. Mas aqui o conflito já vem qualificado. É preciso descobrir sua raiz para além do bem e do mal, da boa ou má-fé, da sanidade ou da patologia, como dado permanente, constante e objetivo da própria história da fé. Noutros termos: a conflitividade na sua raiz não é nem um mal nem um bem. É um fato. Existe. Toma corpo na história e em quem faz história. Por conseguinte, é importante pensar a conflitividade também dentro dessa realidade social chamada Igreja enquanto é história e faz história pela própria vontade de seu fundador, Jesus Cristo.

3 — Uma nova eclesiologia

O impasse de algumas eclesiologias está em que fornecem uma visão unilateral da realidade da Igreja. Absolutiza-se uma dimensão em prejuízo de outras também fundamentais. Alinham-se eclesiologias “de

cima", contra eclesiologias "de baixo", a institucional contra a profética ou carismática, enfim verticalismo versus horizontalismo. De um lado, colocam-se as forças da unidade sadia da Igreja, de outro lado colocam-se as forças da dispersão e da dissolução do corpo eclesial. Esse tipo de eclesiologia polêmica tem pouca chance de produzir um saber capaz de nos ajudar a compreender de forma positiva e produtiva as tensões entre os membros do povo de Deus. A razão é simples. Tais eclesiologias desconhecem alguns dados do problema. Afinal, porque rimar diversidade com conflito e dispersão, por um lado, e unidade com instituição e comunhão, por outro? Por que não inverter, uma vez que tanto a unidade quanto a diversidade são dons do Espírito?

Na verdade, esses elementos não existem um sem o outro. Nem se sobrepõem nem se misturam nem se anulam. Parafraseando o dogma cristológico de Calcedônia, podemos dizer que há uma só e mesma Igreja em duas dimensões, "do alto" e "de baixo", institucional e profética ao mesmo tempo, sem confusão, sem mudança, sem divisão e sem separação (15). A questão é saber o ponto a partir do qual tanto Jesus Cristo quanto a Igreja devem ser compreendidos. Trata-se de captar a natureza essencialmente sacramental, relacional de Cristo e da Igreja em confronto com o Reino de Deus. Deve-se, pois, focar a questão da Igreja e de sua unidade tendo como base o Reino (16).

a) Para uma correta compreensão da Igreja a partir do Reino há três afirmações básicas. Uma diz respei-

to à relação da Igreja com o Reino. A segunda diz respeito à relação da Igreja com Jesus Cristo. A terceira diz respeito à relação da Igreja com o mundo.

A primeira afirmação diz respeito à distância, à diferença entre Igreja e Reino. A Igreja não é o Reino (17). O Reino é uma realidade da ordem escatológica. Expressa o sentido último e definitivo da história. A Igreja não é uma realidade absoluta, mas da ordem sacramental. Seu ser é relativo àquilo que anuncia. Como sinal ou "sacramentum" ela "exprime a unidade cheia de tensões entre o humano e o divino" (18). A instituição eclesial, por um lado, representa o Reino, torna-o presente; por outro lado, ela não é o Reino, mas uma realidade social deste mundo. É sacramento histórico do Reino. Nesta visão a instituição eclesial pode e deve sujeitar-se à crítica e à revisão, como o próprio concílio Vaticano II admite, afirmando que "a Igreja, reunindo em seu próprio seio os pecadores, ao mesmo tempo santa e sempre na necessidade de purificar-se, busca sem cessar a penitência e a renovação" (19).

A segunda afirmação diz respeito à relação entre a Igreja e Jesus Cristo. "A Igreja deve continuar a realidade do Jesus histórico" (20). Nesta afirmação está em jogo a própria compreensão teológica do significado do Jesus terreno para o seguimento histórico. Deve ficar clara, pois, a compreensão do Jesus histórico e qual a consequência para a Igreja. Primeiro, tem-se que dizer que Jesus não pregou a si mesmo mas o Reino. Ele também deve ser compreendido com a categoria "sacramen-

to”, sinal do Reino. Jesus Cristo só se compreende em relação ao Reino que ele pregou e viveu. Aí já está o segundo ponto: tem-se que dizer que a relação de Jesus com o Reino não consiste apenas na pregação e no anúncio. Esse anúncio se expressa na ação, nas obras de poder que ele realiza. Terceiro, tem-se que dizer que o próprio Jesus procura “fazer o Reino” na sua história concreta. Ele organiza uma prática do Reino junto com seus discípulos, como protesto contra os desmandos dos chefes e solidariedade com os destituídos. Aí está o conflito de sua vida e a razão de sua condenação à morte. Aqui também tem-se que preservar a distância entre a Igreja e Jesus Cristo. Ao mesmo tempo, deve-se afirmar que à Igreja cabe seguir a Jesus. E seguir a Jesus é encontrar uma prática histórica coerente com o anúncio do Reino.

A terceira afirmação diz respeito à relação da Igreja com o mundo. “Ao fazer a missão como Jesus, o conflito do mundo se introduz no interior da Igreja” (21). Tentando realizar sua missão não como mero anúncio de uma teoria ou de uma doutrina, mas como uma prática histórica do Reino, agindo sobre o real e escolhendo meios para agir, a Igreja, querendo ou não, cria “identificações efetivas e afetivas com diferentes grupos sociais” (22). Através da ação concreta é que se introduz dentro da Igreja o conflito que está fora, na sociedade. Neste ponto não vale apelar para a raiz divina da Igreja. O que conta é tomar a sério sua raiz histórica e sua realidade social. O conflito que antes se achava que estivesse de fora,

agora se percebe dentro dela pelo mesmo fato de organizar uma prática histórica eclesial. Deve ficar claro: se a missão da Igreja for entendida como uma prática histórica, um agir concreto, necessariamente exigirá a escolha de meios concretos para a ação. Ora, esses meios concretos se encontram no interior dos ordenamentos histórico-ideológicos da sociedade. Neste contexto, exigir a utilização de “meios evangélicos”, no sentido de outros meios que não sejam os meios econômicos, políticos e culturais que a própria sociedade ambiente oferece, não parece viável sem mais. Seria entender que os “nossos” meios não são deste nível econômico, político ou cultural, os “outros” meios é que o são. Esse dualismo impede perceber nossa prática cristã como prática social, colocando a prática da fé fora da prática social, como se fossem sem mais estranhas entre si. Perde-se, desta forma, a possibilidade de ver o significado teológico do próprio conflito e de ver qual o sentido histórico da cruz de Cristo. O qualificativo “evangélico” diz-se imediatamente não dos meios, coisas, objetos ou instrumentos, mas do agir histórico dos cristãos enquanto prática pessoal e social do seguimento de Cristo à luz da fé. Não se pode perder de vista que todos os meios e todas as estruturas que conhecemos, inclusive as eclesiais, são históricas, do mesmo estofa que as demais. Não podem sem mais serem transfiguradas para um mundo separado do sagrado, para se tornarem imunes da crítica e da mudança, ou seja da conversão.

O escândalo está, neste ponto, na afirmação de que o conflito do mun-

do entra no mundo da fé, produzindo rupturas. No discurso da fé nós partimos quase sempre do pressuposto de que a prática da fé gera sempre a unidade. Essa afirmação tem sua parte de verdade. Mas por que não dizer também o contrário, que a prática histórica da fé gera o conflito? que a fé também separa? A prática do Reino gerou tensões entre os discípulos de Jesus. A própria morte na cruz não se explica sem o conflito produzido pela pregação e pela prática de Jesus. O seguimento histórico de Cristo na sociedade conflitiva, em todos os tempos, também nos dias de hoje, gerou e gera divisões na Igreja. Em que sentido então podemos afirmar que a fé, que devia unir a todos, quando se concretiza numa prática histórica, pode desunir?

b) Nossa questão agora é ver como se encaixa o conflito no próprio discurso sobre a unidade (23). Primeiro, deve-se distinguir entre a realidade da unidade gerada pela fé e seu princípio. A realidade da unidade gerada pela fé é imperfeita, inacabada, incipiente e processual. Ela não exclui nem anula a tensão e o conflito próprios da diversidade inerente à história. O princípio é dom escatológico, recebido de Deus como graça que devemos pedir insistentemente todos os dias. Há uma defasagem entre o princípio e a realidade. O conflito é justamente a expressão histórica dessa defasagem. Quando a fé se concretiza tem a força e a eficácia da Palavra que expressa. Ela é uma profecia real que denuncia essa defasagem e provoca uma decisão para Deus e contra os "poderes deste mundo". O Reino gera unidade provocando crise e deci-

são frente ao mundo. Antes de chegar à ressurreição é preciso passar pela cruz, símbolo da contradição. Na verdade, a Igreja ainda não realiza a unidade querida por Deus. Ela é apenas o sinal histórico dessa unidade (é "sacramentum"). A plenitude ainda não realizada da unidade é graça (é a "res sacramenti", o conteúdo do sinal que é a Igreja) (24).

A questão mais prática do problema é saber como se constrói cristamente a unidade da Igreja, integrando as várias dimensões numa tensão dialética produtiva. Trata-se de ver como o caminho para a unidade passa pelo conflito como por uma mediação historicamente necessária, do mesmo modo que o caminho de Jesus passou pela cruz como mediação historicamente necessária para a sua gloriosa ressurreição. Neste ponto trabalham duas eclesiologias que se devem complementar. Uma profético-carismática e outra institucional (25).

Uma eclesiologia profética vai colocar em evidência o caráter precário da unidade significada por estruturas históricas e a transitoriedade das formas históricas da fé. Ela diz sem rodeios que o presente da Igreja não é definitivo, é incompleto, inacabado. É joio e trigo ao mesmo tempo. É preciso superar esse presente para poder realizar o que ele próprio anuncia. Essa eclesiologia preocupa-se com os conteúdos mais radicais da fé. Chama à atenção para os princípios. Relativiza as estruturas históricas. Por isso mesmo, na medida em que sempre desvela os limites, os interesses latentes, as patologias e o pecado que fazem parte da Igreja peregrina, tende a ins-

talar a ruptura, a perpetuar o conflito e a institucionalizar a desunião. Por outro lado, na medida em que coloca a fé como crítica à instituição eclesial, denunciando os seus limites e desvios, então o profetismo é teologicamente necessário. Desinstala e move à conversão.

Por sua vez, uma eclesiologia institucional vai levar muito a sério a historicidade, a corporeidade da Igreja. Percebe que a fé não se vive sozinho, mas como Igreja, realidade socialmente estruturada, povo de Deus. Pelo tipo de preocupação que suscita, porém, corre o risco permanente de manter rotinas, conservar formas defasadas de viver a fé, de assimilar uma visão profana do poder. Não foi sem razão que a um dado momento a eclesiologia se transformou em hierarcologia, uma teoria da Igreja onde não cabia o povo de Deus, mas apenas seus hierarcas. Mas não vai ser por esses abusos históricos que se vai dispensar essa dimensão. Do ponto de vista sociológico ela tem uma função imprescindível, enraizada na própria vontade de Jesus de realizar o Reino junto com os seus discípulos. Por isso, essa dimensão é portadora do "carisma fundacional" de Jesus Cristo institucionalizado no seguimento histórico da comunidade crente. Por conseguinte, essa dimensão está a serviço da "primeira profecia" do próprio Jesus de Nazaré. Sem a instituição essa profecia não teria como "tomar corpo" e tornar-se historicamente eficaz.

As duas dimensões não podem estar separadas uma da outra. Elas devem articular-se na tensão permanente da vida, uma regulando a ou-

tra: a instituição como serviço permanente, a profecia como crítica permanente a qualquer absolutização indevida. Nessa articulação há risco de ambos os lados.

Quem olha o problema da unidade a partir de uma eclesiologia institucional deve precaver-se contra o abuso de poder, contra a pretensão de construir a unidade na base de medidas administrativas, burocráticas e controladoras, dentro da "lei e ordem", preterindo medidas pastoralmente eficazes para gerar consenso a partir de práticas concretas da fé. Neste ponto a tentação da hierarquia é considerar-se a fonte formal da unidade, colocando-se no lugar da meta escatológica. Ela, porém, não é o princípio formal da unidade, mas apenas seu sinal histórico e instrumento de realização.

Quem olha o problema da unidade a partir de uma eclesiologia profética ou carismática corre o risco de dispensar qualquer referência à instituição, tratando o conflito pelo conflito, sem um quadro de referência mais amplo onde ele deve ser compreendido de forma dialeticamente produtiva. Fora de um contexto de caridade cristã pode tornar-se ineficaz. Levado às últimas consequências, o profetismo incontrollável conduz à anarquia. Noutros termos: a profecia é provocadora, denuncia toda união ilícita dos interesses de Deus com os interesses do mundo. Mas não pode perder de vista o seu objetivo escatológico e os meios históricos necessários para realizá-lo.

Enfim, a instituição eclesial precisa da profecia para não se tornar mera burocracia do sagrado. A profecia precisa da instituição para ar-

ticular-se na história e tornar-se eficaz. Jesus não apenas pregou o Reino, mas organizou uma prática histórica com sua comunidade messiânica para dar força à sua pregação.

A conclusão dessa parte pode ser resumida assim: a questão da unidade e do conflito na Igreja não se liga sem mais a diferença de pessoas, categorias ou grupos, mas essencialmente à inserção da Igreja no mundo, onde ela realiza a missão de Jesus Cristo sem ser Jesus Cristo, mas apenas seu sinal histórico; onde ela realiza a missão do Reino, sem ser o Reino, mas apenas seu sacramento. Por conseguinte, o "institucional" e o "profético" não qualificam pessoas, categorias ou grupos dentro do corpo eclesial, mas são dimensões essenciais que qualificam o povo de Deus que vive a sua libertação e luta por ela; que a celebra em sua vida pela Palavra e pelos sacramentos; que se organiza para a libertação. Nem o profetismo é privilégio de alguns iluminados, escolhidos a dedo, digamos para exemplificar, os religiosos, nem a instituição é assunto reservado apenas aos hierarcas.

4 — A Vida Religiosa dentro da Igreja

Vejam agora como a Vida Religiosa se insere dentro dessa visão de Igreja, povo de Deus, e como se liga ao Governo Pastoral. Vimos que tanto a dimensão institucional quanto a profética pervadem todo o corpo eclesial, sem excluir pessoas, categorias ou grupos. A vida eclesial e a organização dessa vida se pertencem mutuamente. A diferença está em que se pertencem, mas não são

do mesmo nível. A dimensão profético-carismática é mais profunda. É da ordem da graça batismal. É o conteúdo mais profundo e radical do sinal que é a Igreja, povo de Deus. A dimensão institucional é, na sua essência mesma, mediação, serviço, para que se realize em todos a graça batismal da inserção na morte e ressurreição do Senhor. Em última análise, é mediação sacramental para que se realize o Reino.

Nessa linha, a Vida Religiosa pode ser considerada, dentro do povo de Deus, uma expressão radical da dimensão profética da Igreja. Por isso é que sempre se espera dos religiosos que tenham uma "função inovadora" (26), que se encontrem na "vanguarda da missão" (27) e que assumam "postos de vanguarda evangelizadora" (28). Para melhor compreender a Vida Religiosa dentro da Igreja abordamos alguns pontos básicos: a raiz batismal da Vida Religiosa e o Governo Pastoral da Igreja, a Igreja local como lugar onde se realiza esse compromisso apostólico, o significado eclesial da isenção e a articulação da Vida Religiosa dentro da Igreja hoje.

a) O primeiro passo para compreender a vocação específica da Vida Religiosa é enraizá-la na graça Batismal (29). Essa graça batismal deriva da unidade originária de Deus, Pai-Filho-Espírito, e dá origem a uma profunda experiência unificadora da vida com Deus uno e trino nas mais diversas situações da história. Essa experiência originária de unidade com Deus, vivida como graça batismal na situação da vida, está na base da diversidade dos dons e carismas, frutos do Espírito.

Da mesma raiz provém o serviço de Governo Pastoral como função permanente de articulação de todos os carismas. Esse serviço é necessário para orientar as iniciativas, os talentos e carismas para a realização da única missão do povo de Deus. Em outros termos, na Igreja o serviço profético e o serviço hierárquico, como expressões das dimensões essenciais profética e institucional, são complementares. De fato, por um lado, pela dimensão profética, os fiéis gozam de um "espaço de autonomia" frente ao poder hierárquico, teologicamente definido pela doutrina do sacerdócio comum dos fiéis. Pela participação ao sacerdócio de Cristo temos acesso a Deus garantido não por graça da hierarquia, mas por graça do próprio Espírito de Jesus Cristo. É o espaço da "resposta livre e pessoal à graça divina" (30). Por outro lado, pela dimensão institucional, há um "espaço de dependência" no qual o povo de Deus está sujeito à direção pastoral da hierarquia. Também esse espaço está definido teologicamente, partindo da eclesiologia que tentamos esboçar. A dimensão institucional, por vontade do próprio Jesus Cristo, tem sua razão de ser no fato de que o Reino deve se concretizar em práticas históricas que o realizem. À medida em que a graça batismal tem uma dimensão apostólica e essa dimensão apostólica tende a expressar historicamente com eficácia eclesial, ela tem a ver com o Governo Pastoral da Igreja, a quem compete o carisma da direção. O agir histórico dos cristãos não é anárquico (34). Ele deve orientar-se decididamente para a sua missão, o Reino.

b) O segundo passo visa perceber melhor a ligação teológica entre o compromisso apostólico da Vida Religiosa e o Governo Pastoral da Igreja. É nesse ponto que afloram normalmente as tensões e os conflitos. Dizíamos acima que da própria graça batismal, vivida como profunda experiência de Deus, nasce o apelo apostólico, como resposta às mais urgentes necessidades do povo de Deus. A graça batismal é essencialmente uma graça missionária, que nos envia. Mas é também essencialmente uma graça eclesial, pela qual somos enviados dentro do corpo eclesial para realizar a missão.

A experiência de Deus, realizada na resposta livre e pessoal à graça no espaço da liberdade da fé, ao se expressar socialmente dentro do corpo eclesial, deve canalizar suas energias em função do bem comum de todo o corpo eclesial e do mundo. A dimensão institucional garante a ordenação dos carismas e ministérios do povo de Deus ao bem comum desse corpo eclesial, em benefício da missão. A Vida Religiosa é da ordem da expressão gratuita da graça batismal. Seu impulso apostólico deve expressar seu ser e sua missão dentro da Igreja.

c) O terceiro passo afirma que o compromisso apostólico da Vida Religiosa se realiza não numa linha paralela de ação pastoral, mas dentro da Igreja Local e articulado com sua pastoral de conjunto. A falta de clareza neste ponto pode nos impedir de ver melhor qual é o papel específico da Vida Religiosa na Igreja Local e a partir dela. Neste ponto acenamos a duas dimensões de todo e qualquer carisma, portanto

também do carisma da Vida Religiosa: o seu caráter de realização da fé e o seu caráter de sinal (32).

O carisma é sempre uma concreção histórica da fé, uma parcialização. Ele canaliza o impulso apostólico da graça batismal numa determinada direção, como resposta às exigências da realidade. Essas exigências se apresentam como um imperativo da fé para o grupo apostólico ou para uma congregação. Trata-se de uma escolha que se traduz numa maneira própria de viver a fé, numa espiritualidade e um estilo de vida e, às vezes, na formação de "corpos apostólicos especializados" que trabalham por todos os quadrantes do mundo (33). Mas em qualquer lugar que estejam esses religiosos, sua atividade se organiza dentro de uma Igreja concreta, a Igreja Local.

O carisma tem não só uma dimensão de concreção histórica, mas uma dimensão de sinal. É da essência mesma da Vida Religiosa. Na mesma parcialização que condensa a fé coloca-se uma mediação concreta da dimensão universal de toda graça batismal. Partindo do seu ser específico, a Vida Religiosa deve abrir-se à catolicidade da Igreja, sempre em disponibilidade para um serviço maior à missão dentro do povo de Deus. O que quer dizer: todo e qualquer carisma tem uma dimensão essencialmente eclesial.

Por conseguinte, o carisma específico do religioso não pode ser um subterfúgio ou uma desculpa para escapar a uma responsabilidade eclesial. Ao contrário, é um caminho para ela.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao serviço hierárquico em qualquer grau. Para exemplificar tomemos o serviço episcopal. O bispo recebe a diocese como "a porção do povo de Deus" a ele confiada (34). O seu ministério concretizado no serviço ao povo de Deus nos limites de sua diocese tem um horizonte universal. O seu ministério é mediação necessária para a comunhão de vida e de responsabilidade no colégio episcopal para que se realize em sua Igreja Local a missão universal de todo o corpo eclesial. Essa orientação para uma responsabilidade universal dos bispos está na doutrina da colegialidade. Por isso o Vaticano II afirma ainda que é nas Igrejas particulares e por elas que "existe a Igreja católica, una e única" (35).

Essa reflexão vem lembrar uma lei fundamental da graça. Ela vem de Deus como dom do Reino pela mediação necessária do particular, do concreto, da prática do amor. Encarna-se na vida do povo de Deus, nele toma corpo, toma partido. Escolhe, entre muitas possibilidades, aquelas práticas que realizam significativamente o Reino. O caminho da unidade da fé e da comunhão universal é o mesmo do seguimento histórico de Jesus Cristo. É um caminho de purificação e de superação. Dizer outra coisa seria transformar o cristianismo em mera teoria, mera doutrina, em espiritualismo vazio de mãos limpas, sem nada oferecer; de pés limpos, sem ter dado um passo; de corações limpos, sem terem encontrado o "próximo" oprimido e despojado.

d) O quarto passo consiste em fazer uma releitura teológica do assim chamado privilégio da isenção (36), motivo freqüente de mal-entendidos de parte a parte. Houve abusos dos dois lados. Usou-se a isenção como instrumento de poder central da Igreja em prejuízo da autoridade dos bispos. Os religiosos a usaram muitas vezes no interesse próprio e não da Igreja, povo de Deus. Aqui não nos interessa enumerar as queixas mútuas. Importa ver melhor onde o uso do cachimbo entortou a boca, isto é, onde o uso da isenção sofreu a distorção do abuso.

Como questão preliminar pode-se perguntar se depois da revalorização da Igreja Local no Vaticano II e depois da redescoberta de que é nela que os religiosos devem viver sua própria vida religiosa e realizar sua missão, faz sentido ainda falar em isenção. Para ver isso é preciso distinguir entre o uso histórico dentro do quadro jurídico dominante e a raiz teológica, entre as aparições conjunturais e sua realidade estrutural. Assim, o uso da isenção para defender a centralização eclesiástica em detrimento das Igrejas Locais ou para eximir os religiosos de suas responsabilidades na Igreja Local pertence ao quadro jurídico dominante que pode ser corrigido e superado.

Noutra hipótese, invertendo a afirmação, pode-se dizer que se a isenção for usada para defender a descentralização eclesiástica em detrimento da comunhão universal ou para eximir os religiosos de sua responsabilidade universal, própria da graça batismal, isso vai pertencer

ao uso histórico e não sem mais ao seu conteúdo teológico. Portanto, temos uma abordagem jurídica que diz respeito à realidade das relações da Vida Religiosa com a autoridade eclesial dentro da Igreja tal como se revela nas normas canônicas vigentes; e temos uma abordagem teológica que diz respeito ao que deve ser a Vida Religiosa como graça batismal específica de resposta a Deus na vida do povo de Deus.

Na sua expressão jurídica a isenção está garantida pelo primado papal enquanto expressão da catolicidade da Igreja e garantia do bem comum de todo o corpo eclesial. Mas não deve ser tida como privilégio que separa os religiosos dos demais cristãos, subtraindo-os da autoridade do bispo. Esse não é o objetivo da isenção. Seria gerar uma Igreja paralela, concorrente. O objetivo da isenção é oferecer uma base institucional para que a graça batismal — na sua força profética — possa colocar-se a serviço da missão com maior presteza e fazer da própria instituição religiosa um instrumento privilegiado de comunhão no seio do povo de Deus. Por isso é que os religiosos não se ligam a um serviço exclusivo de uma Igreja Local (37).

O termo “isenção”, por ser cunhado na tradição jurídica, e pelo seu uso histórico, é infeliz para dizer a realidade teológica mais profunda que está na sua raiz. Sua raiz é a graça batismal enquanto expressão do amor salvífico universal de Deus, pela qual somos radicalmente iguais no caminho da fé. Por isso, para além do termo, expressa de forma significativa aquele espa-

ço de autonomia que todo o cristão goza, pelo batismo e pelo sacerdócio comum, para viver sua fé como resposta livre e pessoal. Sob esse aspecto, o que se chama de isenção é, na verdade, um apelo não para caminhar em separado, mas para articular com ousadia, coragem e espírito missionário, a graça batismal para além dos ordenamentos jurídicos da instituição eclesial. Isso significa na prática encarar a Vida Religiosa como "maneira específica de evangelizar própria do religioso" (38). A Vida Religiosa, como a vida cristã, não se vive por mandato do papa ou dos bispos, mas por graça do Espírito.

e) O quinto passo diz respeito à articulação da Vida Religiosa dentro da Igreja hoje. Antes de mais nada, deve ficar claro que o exercício concreto do compromisso apostólico da Vida Religiosa, como parcialização da fé e mediação para o sentido universal, não pode dar-se a não ser na Igreja Local e nela sob a autoridade do bispo (39).

Dito isto, ainda não ficou esclarecido como a Vida Religiosa pode articular-se hoje na Igreja. Há modelos diferentes de Igreja e de Vida Religiosa interferindo nesse problema. Tradicionalmente os religiosos se articularam no mais das vezes como reforço à política centralizadora do papado. Pode-se imaginar agora, depois que o Vaticano II devolveu aos bispos parcela significativa do poder, que o pêndulo passe para o lado de uma sadia descentralização, reforçando a colegialidade episcopal. Todavia, tomando como ponto de partida a eclesiologia que tentamos esboçar, cremos

que essa não é uma alternativa válida para a questão, na medida em que ainda se situa no nível da repartição do poder. Uma correta colocação deveria incluir esses dois pontos: 1) tem que arrancar do específico da Vida Religiosa, de sua raiz carismática, de sua dimensão profética, como expressão privilegiada da dimensão profética de todo o povo de Deus. A Vida Religiosa se coloca frente ao institucional como tal, centralizado ou descentralizado, como provocação e crise. A profecia relativiza o poder representado na instituição. Por isso ela é um dos reguladores do poder na Igreja; 2) tem que arrancar da prática histórica do Reino como missão específica do povo de Deus. Essa prática histórica coloca em julgamento constantemente tanto a instituição quanto a profecia. Só a missão tem a força de tirar os dois elementos de seu centro de gravitação para situá-los na órbita do Reino de Deus. Essa abordagem a partir do específico da Vida Religiosa e da missão visa romper a polarização entre poderes concorrentes. Evita-se, desta forma, colocar a Vida Religiosa a reboque de variações históricas, devolvendo-a ao seu verdadeiro papel de serviço da fé à totalidade do povo de Deus.

5 — A missão da Vida Religiosa e da Igreja Local numa sociedade de conflitos

A realização da missão tem a ver não só com a Igreja, mas também com o mundo dentro do qual a Igreja se organiza como povo de Deus. Como cristão no subcontinente latino-americano tomamos consciência de uma realidade extremamente con-

flitiva, onde “são evidentes as contradições existentes entre estruturas sociais injustas e as exigências do Evangelho” (40), e “a brecha crescente entre ricos e pobres” é “um escândalo e uma contradição com o ser cristão” (44). Esse dado especifica a própria missão da Igreja no mundo dos pobres.

Não se trata aqui de fazer casuísmo sobre como ligar a Vida Religiosa ao projeto pastoral da Igreja universal ou local, onde o estatuto da isenção funcionaria como mero regulador jurídico das relações mútuas entre os dois âmbitos da vida eclesial. Trata-se de uma visão mais radical, ampla e abrangente, do agir histórico da Igreja no mundo e na ótica dos pobres.

Aqui se coloca a questão chave. Redefinindo sua relação com o mundo a Igreja descobre uma realidade sócio-cultural conflitiva e toma posição dentro dela. Na definição prática e concreta do que entende como sua missão no mundo dos pobres a Igreja toma partido. Direcionando a prática da missão evangélica para os pobres ela mesma revela o conflito do mundo presente na sua realidade eclesial. Neste contexto, a concretização da missão se torna o sacramento histórico da fé como crise do mundo que está fora e dentro da Igreja, crise do pecado que está fora e dentro da Igreja. Não se trata aqui de exaltar o conflito pelo conflito. Seria patológico. Trata-se de ver o conflito no interior do processo histórico de mudança ou conversão vivido a partir da fé e para a fé. A unidade gerada pela fé passa pela mediação paradoxal do conflito. Bem que gostá-

ríamos de ter à mão receitas mágicas para contornar as tensões e conflitos, mas cristãmente falando essas receitas não existem. O Evangelho só conhece o caminho da conversão real no seguimento histórico de Jesus Cristo.

Creemos que a orientação básica dos últimos documentos eclesiais sobre as “mútuas relações” entre religiosos e bispos e o próprio novo Código de Direito Canônico consiste em situá-las no espaço eclesial mais amplo do mútuo reconhecimento dos dons e carismas. Esse reconhecimento mútuo conduz ao diálogo consciente das partes tendo em vista a concretização da missão (42).

6 — Algumas tendências

O que enumeramos a seguir pretende apenas indicar algumas tendências que nos parecem razoáveis na atual conjuntura sócio-eclesial no que diz respeito às relações entre Vida Religiosa e Igreja Local.

a) As atuais tensões entre Vida Religiosa e Igreja Local tem sua intelecção não simplesmente na diferença que há entre ambas, mas nas várias tendências no interior da mesma Igreja na interpretação concreta de como deve ser a missão evangelizadora no mundo dos pobres. Esse conflito atinge hoje todo o corpo eclesial desde os bispos, os religiosos, até os fiéis. Esse conflito não é sem mais descartável. Ele é inerente à própria condição histórica da Igreja, peregrina e sempre necessitada de conversão, e à própria concretização da fé no mundo. A consciência desse conflito do mun-

do dentro da Igreja evolui conforme a época e a situação dos cristãos. Pode ficar latente, transfigurado nas relações dissimétricas entre hierarquia e fiéis, como era o caso na eclesiologia clássica. Pode ser tolerado ou mesmo dissimulado por uma falsa compreensão do pluralismo, que permite a divergência sem postular, como processo necessário, uma conversão real deixando intacta a divergência e suas raízes. Pode tornar-se explícito numa situação em que os cristãos, como corpo eclesial, tomam consciência da sociedade conflitiva. Nesta situação a Igreja tem que definir não só teórica, mas praticamente o que entende como sua missão. Nessas condições a prática da fé no mundo dos pobres torna-se o lugar preferencial do diálogo entre Vida Religiosa e Igreja Local.

b) Amplia-se deste modo, dentro da Igreja a consciência de uma unidade complexa e tensa a partir da diversidade de situações, de estruturas e carismas. Nessa perspectiva, a Igreja Local entra cada vez mais no horizonte da Vida Religiosa como o espaço concreto da realização do seu carisma específico. Ela tende se colocar a serviço da colegialidade episcopal para construir a comunhão de todas as Igrejas.

c) Neste ponto a Vida Religiosa tem um papel importante a preencher em relação à totalidade do povo de Deus: garantir o espaço de autonomia e de liberdade da fé a que tem direito, por graça batismal, o povo de Deus frente a qualquer absolutização da dimensão institucional. Noutras palavras, lembrar profética e significativamente

que toda organização do poder na Igreja deve orientar-se para o serviço da missão.

c) Na organização pastoral cresce a consciência de que a Vida Religiosa deve evangelizar a partir do seu ser específico. Por conseguinte, deve-se reagir contra a tendência que se revela aqui e ali de integrar ou absorver a Vida Religiosa tanto masculina quanto feminina (é preciso dizer isso também) para dentro da estrutura do ministério sacerdotal. Rompendo essa tendência, a Vida Religiosa poderá assumir com maior liberdade a tarefa de ajudar a superar a dicotomização da Igreja entre Igreja "dos padres" e dos fiéis.

d) No contexto da sociedade conflitiva a tendência para as periferias urbana e rural em direção ao mundo dos pobres define o lugar de "vanguarda" em que tanto o profetismo da Vida Religiosa quanto da Igreja Local está encontrando para tornar o conflito produtivo. Isso é possível quando ambos os lados, num estimulante processo de conversão, descobrem no mundo dos pobres o lugar privilegiado no qual e a partir do qual se articula um diálogo real e fecundo em função da missão. Essa nova situação da Vida Religiosa na Igreja e na sociedade está produzindo duas coisas: por um lado está colocando em crise suas velhas funções históricas, caducas e ultrapassadas, para as quais deve morrer; por outro lado, está produzindo uma estimulante busca e descoberta de novas funções e de novas formas específicas, como impulso do Espírito, para a reinvenção da Vida Religiosa.

(1) Neste texto preferimos a fórmula "Igreja Local" à outra, "Igreja Particular", mesmo sabendo que o novo Código de Direito Canônico prefere a segunda. Com uma ou outra fórmula (ambas usadas no Vaticano II: cf. LG 23, 27; CD 11, 22; AG 19ss; UR 14; OE 2) quer-se expressar as estruturas em que de fato se realiza e se concretiza o mistério da Igreja. No nosso caso, entende-se, pois, por Igreja Local aquele espaço sócio-eclesial onde "se concretiza, para a vida consagrada, a relação de comunidade vital e compromisso evangelizador" (Puebla, 741). (2) Depois do Vaticano II os documentos mais importantes são o motu proprio **Ecclesiae Sanctae** de Paulo VI (1966), fixando normas para a aplicação das diretivas conciliares da **Lumen Gentium**, 43-47, do decreto **Christus Dominus**, 33-35 (sobre os religiosos, suas obras e os princípios para o apostolado nas dioceses) e **Perfectae Caritatis** (sobre a atualização dos religiosos). Mais recentemente, ainda no final do pontificado de Paulo VI o documento conjunto das Sagradas Congregações para os Bispos e para os Religiosos e Institutos Seculares, **Mutuae Relationes** (1978). Em janeiro de 1983 foi promulgado o novo **Código de Direito Canônico**, onde a matéria está regulamentada nos cânones 573-746. Na América Latina o tema dos religiosos foi tratado tanto em Medellín, 12 (sobre os religiosos) como em Puebla (sobre a Vida Consagrada: 721-776). (3) Apenas para exemplificar. O cânón 4 do Concílio de Calcedônia (451) já reclamava de certos monges que "causam confusão nas igrejas e na vida civil", exigindo que "todos os monges em qualquer cidade ou região estão sujeitos ao bispo, devem amar a vida de silêncio, dedicar-se apenas ao jejum e à oração..." Cf. também o cân. 8 e 24. A tradução é de L. SKRZYPCZAK, **IV Concílio Ecumênico (Calcedônia, 451)**. Revista Teocomunicação 43, 1979/1, 89-102. Mas a história também registra que o instituto da isenção nasceu como reação ao poder episcopal que havia assimilado modelos mundanos incompatíveis com o serviço evangélico.

Basta ver o movimento de reforma do s. X a partir de Cluny. (4) O documento **Mutuae Relationes**, II parte, enumera especificamente três áreas em que deve haver diálogo e mútuo entendimento. São as áreas que revelam justamente mais problemas de entrosamento. No plano teórico, que envolve a formação quer dos agentes de pastoral que são os religiosos quer da opinião pública na Igreja. No plano prático, que envolve a ação pastoral e a própria Vida Religiosa: é o plano operativo. No plano organizativo, que envolve as iniciativas e as normas pastorais: é a área da coordenação nos vários níveis. (5) São pontos que repercutiram no documento de Puebla (cf. sobre "magistério paralelo": 262, 687, 628 e 990; sobre "Igreja popular": 262 e 263). O tema da Igreja popular tem obtido forte repercussão principalmente na América Central, principalmente como bandeira dos neoconservadores. (6) Cf. GUY J.-C. **La Vie Religieuse dans l'Eglise**. Etudes 15, 1982, 233-248. 244. (7) LIBÂNIO J. B. **Pastoral numa sociedade de conflitos**, Vozes/CRB, 1982, 17. Analisando as raízes do conflito ao nível dos mecanismos sócio-estruturais, observa que a presença da Igreja nas camadas populares, provoca, por um lado, o protesto burguês e, por outro, "um deslocamento real da prática pastoral da Igreja para as camadas populares numa ótica de solidariedade e de compromisso com elas" (p. 165). Cf. SOBRINO J. **A unidade e o conflito dentro da Igreja**. Em: **Ressurreição da verdadeira Igreja**, Loyola, 1982, 199-230. Sobre "lugar social" cf. LIBÂNIO J. B. **Discernimento e Política**, Vozes/CRB, 1977, 23s e de Ir. Maria Carmelita de Freitas, **O novo lugar social da Vida Religiosa no Brasil e Formação Permanente**. Em: **Vários, Formação para a Vida Religiosa hoje**, CRB, 1982, 46-84. (8) Cf. SOBRINO J. op. cit. p. 202s. (9) **Lumen Gentium**, 45. (10) **Puebla**, 741. (11) Sobre a Igreja tridentina e sua pastoral, cf. LIBÂNIO J.

Continua na 3ª capa

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1 de outubro de 1983

Este momento de certa perplexidade que vivemos na sociedade civil e na Igreja pode contaminar de medo e desconfiança nossa vontade e nos imobilizar em torno de debates e correntes de opinião estéreis. Sobretudo, quando os problemas são travestidos de tanta complexidade, a começar da linguagem. Às vezes, fico a pensar: o antigo receio de que "tudo o que brilha pode não ser ouro" foi trocado agora por "tudo o que é complicado, é melhor". **Coisas simples estão fazendo falta** no cardápio do pensamento atual, incluindo o pensamento religioso. Há vergonha de pensar e de viver simplesmente verdades singelas, como:

- Confiança, otimismo, não esmorecimento.
- Perseverança no trabalho, esperança na alma.
- Identificar potencialidades e torná-las realidades.
- Serenidade. Mais razão e menor dose de emoção.
- Intensificar entendimentos em todas as áreas.
- Posições abertamente polêmicas não denotam clima de Deus.
- Amor ao passado e inesgotável interesse por tudo o que é novo.
- Sólida coerência do pensar, do falar, do amar e do viver.
- Bondade, sempre bondade, que não exclui firmeza.
- **FÉ** inquebrantável na própria **MISSÃO** e no **SENHOR** desta missão.

Uma congregação, como a sua e a minha, tem os traços fisionômicos espirituais dos Religiosos que a compõem. E estes Religiosos são o resultado de paciente e extraordinário empenho de fidelidade, especialmente, às coisas pequenas e simples. O potencial transformador, de que Você é portador, próprio de quem procura uma real conversão da mente, do coração e da vontade, dependerá, em boa parte, da preservação e do cultivo de valores, convicções e princípios singelos como estes. **Quem não se preocupa com os detalhes tem idéias rasas.** Pode murchar e secar rapidamente. Mais do que o êxito, o Senhor quer ver o esforço empregado e o rumo tomado.

É verdade: tudo isto custa. E dói muito. É fruto de insubstituível labor e de fuga da acomodação. **A morte do ideal só chega quando a rotina se instala.** A esperança, porém, supera fracassos e inunda tudo de luz com claridade de verão.

Prezado Assinante, **CONVERGÊNCIA** se compromete sempre com aqueles valores, grandes ou pequenos, que propiciam soluções duradouras. Leia sempre. Sintonize a frequência de Deus na intensidade dos ventos serenos e portadores de tempos novos. É uma experiência salutar.

Desejando-lhe toda paz e todo bem, subscrevo-me,

atenciosamente



PE. MARCOS DE LIMA, SDB
Redator-Responsável
Convergência e Publicações CRB